

Jornal da Vila de Prado



Mensário Ano IX N.º 119 7 de Fevereiro de 1997

Director: Alfredo Pedrosa

Preço: 85\$00

Utentes da ponte de Prado admitem recurso a novos protestos

Câmara adjudica EBI de Ribeira do Neiva

Pré-primária da Vila de Prado votada ao desterro

Pág. 2

Ministério Público investiga Bento Morais

Pág. 5

Divisões atrasam processo eleitoral entre "populares" e "laranjas"

Quinta da Botica transformada em lixeira municipal

Pais revoltam-se contra professora em Soutelo

Pág. 6

Moradores de Cabanelas contra Governador Civil

Ciganos acusam GNR's de roubo e peculato

João Garcia já pensa no regresso a Oleiros

Ciganas tentam raptar criança

Pág. 7

Campanha socialista motiva fortes críticas

Pág. 9

Eng.º Queirós preside de novo aos destinos do Clube Náutico de Prado

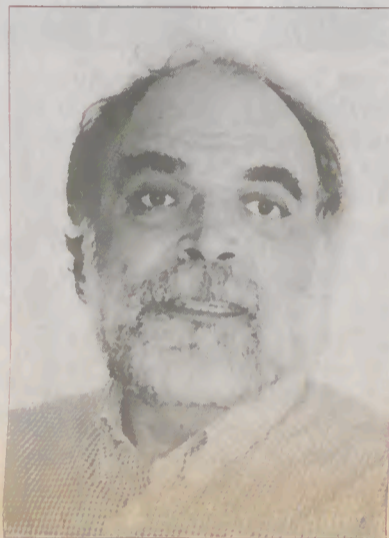
Pág. 11

Câmara promove II Encontro de Reis

Últ. Pág.

AUT/ARQUIVAS

CDU E PS APRESENTAM CANDIDATOS À CÂMARA



ARLINDO FAGUNDES



"Uma Câmara Municipal é só uma Câmara Municipal e não o nosso dono, o nosso patrão, o nosso papão, o nosso inferno."

Pág. 3



MARTINHO GONÇALVES



"A Câmara será uma extensão da casa de cada um! Os vilaverdenses são pessoas de bem."

Pág. 5

Faleceu o Provedor Morais Soares

VILA VERDE PERDE FIGURA ÍMPAR NA DEDICAÇÃO AO BEM COMUM

Últ. Pág.



Assassinato hediondo em Parada de Gatim...



HOMEM MORRE VÍTIMA DE ATENTADO À BOMBA

Pág. 3

NA ESCOLA DO BOM SUCESSO Nº1

Pré-primária desterrada

Desde há uns anos a esta parte que funciona num precário pavilhão pré-fabricado sito nas traseiras da Escola do Bom Sucesso nº1 da Vila de Prado, o tão importante ensino pré-primário.

Tem ocorrido a este nível de ensino, anualmente, um número significativo de crianças que poderia ser ainda mais expressivo não fossem as péssimas instalações em que a Educadora de Infância e a Auxiliar de Educação se vêem forçadas a labutar diariamente. De facto, trata-se de um exíguo e incaracterístico pavilhão que com o decorrer dos anos se vem degradando, ao ponto de nos chuvosos dias de Inverno não ser já novidade para ninguém a existência de uns baldes aqui e além a apanharem as pingas que caem ininterruptamente.

Mas o mais caricato da situação é, para os pais que ali levam diariamente os seus filhos, e que junto de nós têm manifestado com veemência a sua revolta, constatar-se que no piso inferior do edifício, ondefuncionam os outros níveis de ensino, recentemente alvo de obras de restauro levadas a cabo pela Câmara Municipal de Vila Verde, existem dois espaços relativamente amplos que estão a ser ocupados e utilizados para actividades que em nada têm que ver com a função primordial do edifício, isto é, com o serviço de educação para que foi oferecido pelo ilustre e saudoso Comendador Sousa Lima. Referem-se, concretamente, à Associação de Columbofilia e ao Clube Juvenil "Fontainhas".



Reconhecem os mesmos encarregados de educação que são inquestionáveis a utilidade e o respeito que merecem as entidades em questão pelas salutares e construtivas actividades que ali desenvolvem. Apenas não compreendem como podem tais entidades, que apenas funcionam umas poucas horas por semana, normalmente ao fim-de-semana ou em horário pós laboral, dado tratarem-se de meras actividades de lazer, ocupar espaços do edifício escolar e assim implicar tamanhos sacrifícios a educadoras e crianças do ensino oficial, que se vêem na contingência de, todos os dias da semana, de manhã e à tarde, trabalharem em tão precárias condições.

Tudo isto, pasme-se, perante a indiferença e a habitual inoperância da Câmara Municipal de Vila Verde e da Junta de Freguesia da Vila de Prado!

Alguns pais alvitram mesmo a possibilidade da Junta de Freguesia colocar ao dispor das entidades em questão salas disponíveis no enorme edifício-sede, no lugar do Faial, por forma a que possam dar continuidade às suas actividades.

Narcotráfico junto aos Correios

É com particular insistência que temos vindo a receber denúncias de moradores das habitações das proximidades do posto de Correios da Vila de Prado sobre o tráfico e consumo de droga às claras e perfeitamente impune, como aliás é da praxe neste país à beira-mar plantado.

Alguns moradores referem mesmo que em vão têm tentado, via telefone, a intervenção da GNR, que, embora o Senhor Ministro Alberto Costa sustente ter havido reforço de efectivos nas declarações que profere junto da comunicação social, acaba por não corresponder às solicitações, mormente em momentos em que apanharia os infractores com a boca na botija.



Receando protelamento da nova ponte...

UTENTES ADMITEM RECURSO A NOVOS PROTESTOS

A Comissão de Utentes da ponte de Prado mostra-se preocupada com a falta de informação existente relativamente às reais intenções do Governo em matéria de remodelação do projecto da nova travessia sobre o rio Cávado na Vila de Prado.

Na sequência das manifestações populares realizadas em Novembro e Dezembro últimos, que se traduziram em cortes de trânsito sobre a exígua ponte medieval de uma só faixa de rodagem, a construção da nova ponte foi, à última hora, incluída no PIDDAC do ano em curso, a partir de uma proposta subscrita por um deputado distrital de cada um dos quatro partidos representados na Assembleia da República. Face à insatisfação popular pela escassez da verba de 100 mil contos inserida no PIDDAC para o efeito, o deputado socialista Martinho Gonçalves adiantou em plena luta de protesto que a obra arrancaria a breve trecho, com a execução numa primeira fase de um tabuleiro com duas faixas, com ligação provisória à EN 205 (Soutelo-Prado), enquanto do lado de Braga se fazia a variante às EN's 101 (Braga-Vila Verde) e 201 (Braga-Prado). Numa fase posterior seria alegadamente completada a ponte com mais duas faixas de rodagem e construídas as variantes que ligariam a ponte à EN 201, na zona do Portelo-Prado, e à sede do concelho.

O deputado empenhou mesmo ali as suas "barbas", declarando que não integraria as listas eleitorais do seu partido se o Governo não avançasse com a construção da tão ansiada



ponte. Promessas e compromissos que tiveram o condão de serenar os ânimos, mas volvidos dois meses a Comissão de Utentes, pela voz de Manuel Carvalho, revela sentir "preocupação pelo protelamento que se está a verificar".

Sobretudo porque após uma audiência concedida pelo Presidente da Câmara em exercício, Mota Alves, no dia 3 de Fevereiro, foram informados de que à edilidade apenas foi dado conhecimento da reavaliação do projecto inicial e da pretensa construção faseada da ponte. A própria Câmara decidiu requerer junto da competente Secretaria de Estado a garantia de que a nova ponte virá a ter quatro faixas de rodagem.

Também o Presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, manifestou em Janeiro a uma delegação de utentes completa so-

lidariedade para com as suas pretensões, que considerou perfeitamente legítimas, mostrando-se disposto a acompanhá-los na luta por uma estrutura alargada caso a Administração Central não atenda tal reivindicação.

Mostrando-se convictos de que o processo ainda se encontra encerrado em alguma gaveta ministerial, por a Junta Autónoma ainda não se ter dignado responder a um pedido de audiência, a Comissão de Utentes, segundo Manuel Carvalho, irá provavelmente, após concluir uma ronda pelos partidos, convocar a população para dar conhecimento dos contactos efectuados e estudar os passos a dar nos próximos tempos, que poderão passar, já tem sido aventado, por uma manifestação defronte do Palácio dos Falcões, em Braga, e até por um boicote às eleições autárquicas.

Depois da EB 2,3 de Moure...

CÂMARA ADJUDICA EBI DE RIBEIRA DO NEIVA

A Câmara Municipal de Vila Verde, na reunião de 3 de Fevereiro, adjudicou a construção da Escola Básica Integrada (EBI) de Ribeira do Neiva à firma "Sá Machado & Filhos, Lda.", pelo valor de 213 mil contos.

Mota Alves, vereador da Educação da edilidade, adianta que se apresentaram a concurso seis empresas, apresentando propostas que oscilavam entre os 213 e os 245 mil contos.

Quanto à EB 2,3 de Pico de Regalados, Mota Alves diz ter sido já aprovada pelo Ministério da Educação, prevendo que a abertura do concurso para a sua construção tenha lugar durante o 2º trimestre deste ano, quando a homóloga de Moure, que irá entrar em funcionamento no início do próximo ano lectivo, foi já adjudicada à firma Sá Machado, constituindo um investimento que se aproxima dos 400 mil contos.

Trata-se de três obras fundamentais há muito reivindicadas pela edilidade, com questiúnculas de localização à mistura, que lograram

obter o aval do actual Governo, traduzido na assinatura de protocolos de colaboração, em 1995, extensivos igualmente à educação pré-primária, regozijando-se o vereador Mota Alves por o concelho de Vila Verde dispôr de uma rede de jardins de infância "que abrange toda a área territorial, com uma média superior a um jardim por freguesia".

Para a construção das escolas, terão já saído dos cofres municipais cerca de 60 mil contos para aquisição dos necessários terrenos e sairão ainda mais umas dezenas de milhares de contos para a execução das infraestruturas exteriores, para além de que a construção da EBI de Ribeira do Neiva, que ficará situada em Azões, compete à Câmara. Pelo que os "populares" esperam que "a população reconheça o investimento efectuado num sector para nós considerado primordial para o Concelho de Vila Verde", sublinhando que a aposta feita pela Câmara na década de 80 "começa a estar concluída antes da

viragem do século".

E Mota Alves acrescenta que concluídos os projectos em curso da educação pré-primária e das três novas escolas, a Câmara avançará com a reformulação das escolas do 1º ciclo, de acordo com a Carta Escolar que está em fase de elaboração, garantindo ainda a possibilidade de criação de novas EBIs, contempladas já no Plano e Orçamento deste ano, nos eixos de Atães, Cervães/Parada de Gatim/Oleiros e Oriz Sta. Parinha/Valbom S. Pedro.

Apostados numa "grande reforma da educação do Concelho", os "populares" prometem ainda dotar as escolas existentes de melhores condições, através do fornecimento de serviços e de material didáctico, e apoiar o Centro de Apoio Pedagógico dos Professores e projectos inovadores. É convicção do vereador Mota Alves que o desenvolvimento da educação deverá passar pela ligação das Escolas entre si, das escolas com o meio, com a autarquia local, com a biblioteca e com outras instituições estatais ou privadas.



AUTÁRQUICAS 1997

CDU QUER FAGUNDES NA CÂMARA

A Comissão Concelhia do PCP de Vila Verde, na reunião do dia 12 de Janeiro, decidiu apostar no praden-se Arlindo Fagundes como candidato da CDU à presidência da Câmara nas eleições autárquicas que terão lugar em Dezembro deste ano.

Os comunistas vilaverdenses, que se têm mostrado particularmente activos em matérias quentes (ponte de Prado, aterro sanitário, poluição do rio Homem, construções ilegais em Couceiro), consideraram ser Arlindo Fagundes o candidato ideal para, com a sua irreverência e mundividência, protagonizar uma sacudida no conturbado clima político que se tem vivido especialmente neste mandato no município vilaverdense.

Arlindo Fagundes não se fez rogado e logo na sua apresentação pública, no dia 22 de Janeiro, não poupou "populares" e socialistas, revelando que a estratégia da CDU no concelho passará essencialmente por um contacto directo com as pessoas, "para com elas ponderar propostas e eventuais soluções", reconhecida a "modesta, ou mesmo nula, implantação da CDU numa grande parte das freguesias do concelho". Constitui sua pretensão fazer entender aos vilaverdenses que "uma Câmara Municipal é só uma Câmara Municipal e não o nosso dono, o nosso patrão, o nosso papão, o nosso inferno" e que "se nós temos a péssima Câmara Municipal que temos, é porque os vilaverdenses votaram pessimamente".

E de forma bem peculiar e não menos insinuante, dirige-se aos vilaverdenses, numa intitulada "rabecada de amor", desta forma:

"Ou pensas (vilaverdense) que ignoro que continuas a dar ouvidos aos que te batem à porta, untuosos e matreiros, já noite, à sorrelfa, a lembrar-te o favor passado, a insinuar-te o favor futuro, a despertar-te temores que já nem tinhas, a rir-se, satisfeitos, quando viram costas, porque as garrafas que abriste ainda eram melhores que as de há quatro anos atrás, porque o presunto que encertaste ainda era melhor que o das últimas eleições e porque, como sempre também, estás mais uma vez no papo?"

"Ou pensas que não me aborrece ver-te andar por aí, ó tio, ó tio, de chapéu na mão, a lamber botas, a levar palmadas nas costas, a fazeres de conta que não vês as intrigas que te repugnam, a fazeres de conta que tem que ser assim?"

"Ou pensas que não me custa ver-te comer e calar e encolher os ombros? Ou pensas que me é indiferente ver-te fugir com o rabo à seringa e atirar com as culpas para os outros, com aquela velha cantiga, que sabes ser mentira, de que os políticos são todos iguais? Ou pensas que sou ceguinho ou que sou de ferro, e que não me dói ver-te vergar a mola e baixar a bolinha diante deles? Ou pensas que não sei que vives entre o cagaço dos que tens lá posto e o cagaço dos que pensas vir a lá pôr? Ou pensas que

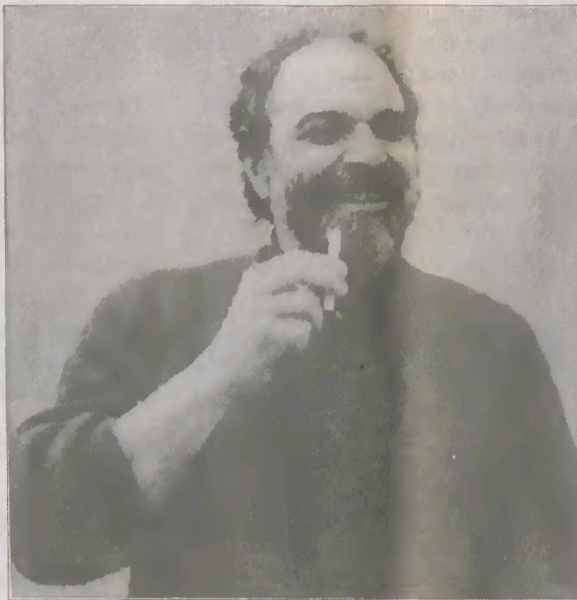
não mexe comigo esta suspeita de que poderás vir, uma vez mais, a procurar-me o ombro para chorar, baixinho (não vá alguém ouvir!), a dizer-me que sim senhor, que eu é que tinha razão mas que agora é tarde e coiso e tal..."

Para alterar tal panorama, Arlindo Fagundes propõe-se "fazer as coisas bem feitas, discuti-las contigo, com murros na mesa ou com gargalhadas de alegria, mas sempre, sempre, cara a cara, olhos nos olhos. Também sabes que não sou de aparrar golpes, de fazê-las pela calada, de roer a corda, de dar o dito por não dito. Por isso tudo, não me candidato por nenhum dos partidos em que costumam votar. Como já calculas, aceitei ser o cabeça de lista da CDU. É o que vai mais com o meu feitio..."

E nessa linha de assumida frontalidade, aponta o dedo de forma incisiva na direcção da secção concelhia do Partido Socialista, reputando-a de "conivente e co-responsável num mandato que, de tão indecoroso e pernicioso, só pode ser comparado, em Portugal, ao anterior mandato da Câmara de Vila Verde com a mesma maioria, e a mesma vereação carneira". Recorde-se que aquando da perda de mandato de António Cerqueira, o PCP foi a única força política concelhia que apontou de forma categórica para a realização de eleições intercalares, considerando agora que tal teria evitado a instabilidade política que se vem verificando no concelho.

Obrigatório se tornava abordar a temática dos ciganos, prometendo Arlindo Fagundes gritar ao País que não se inventou nada em Vila Verde, porque o que se passou no distrito de Braga, "já se passara no distrito de Aveiro, no distrito do Porto, no distrito de Viana do Castelo e, saberá o diabo, mais onde". Diz contar com a comunicação social, enquanto candidato à Câmara, para fazer ver que "se um governo inteiro continuar a dormir, sobre estes problemas, o sono dos 'justos' para amanhã acordar mais fresco e poder voltar a matar a cabeça com a única obsessão da moeda única, então esse governo não passa, na verdade, daquilo que parece ser: uma Comissão de Acompanhamento e Verificação do Cumprimento da Aplicação dos Critérios de Convergência (CAVACC), para a qual, como mnemónica, bem poderíamos propor a sigla 'C.A.V.A.C.O.'".

Para a Assembleia Municipal, tudo indica que a lista da Coligação Democrática Unitária será uma vez mais encabeçada pelo Dr. Martins



Costa, actualmente o seu único membro, considerando Arlindo Fagundes que este órgão não passa maioritariamente de "uma câmara de eco, um coro de 'yes-man', aquilo a que aqui chamamos 'Maria-vai-com-as-outras'".

• O artesão realizador de cinema

Arlindo Fagundes nasceu em Ovar, em 1945, tendo crescido e estudado em Lisboa. Frequentou a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, tendo trabalhado em agências de publicidade.

Esteve exilado em Sevilha, Madrid e Paris de 1967 a 1974. Em Paris, concluiu o curso de Realizador de Cinema e conheceu e contraiu matrimónio com a filha do ilustre pradense recentemente falecido, Dr. Lima Cruz.

Regressado a Portugal, em finais de 1974, fixou residência em Prado, tendo trabalhado para a RTP-Porto até 1976. Iniciou-se depois na cerâmica, numa oficina no lugar do Portelo, da Vila de Prado. Os bonecos de barro produzidos na "Cerâmica Ágata" acabariam por se tornar "uma referência do artesanato do concelho, e mesmo da região, pelo que contém de profundamente local e, sobretudo, pela 'porta' que abriram, sem conflito entre a tradição e a modernidade, levando Prado e Vila Verde para lá das fronteiras do País". Em 1987, foi galardoado com o "1º Prémio Nacional de Design Artesanal" de Vila Nova de Cerveira, ao criar um conjunto de peças de desenho moderno desenvolvido a partir de formas da olaria tradicional de Parada de Gatim, o que lhe valeu um voto de louvor e reconhecimento da Câmara Municipal de Vila Verde.

Mas a sua multifacetada vivência distribui-se ainda pela pintura, pela banda desenhada, pela ilustração de colecções de literatura juvenil, como "Uma Aventura...", "Viagens no Tempo" e "Asa Delta", da Editorial Caminho. Na qualidade de "cartoonista", reconhecidos os seus dotes humorísticos, são vários os jornais nacionais e regionais que contam com a sua colaboração.

Parada de Gatim

Homem morre vítima de atentado à bomba

Na noite de 2 de de Fevereiro, pelas 21h10, na freguesia de Parada de Gatim, teve lugar um crime hediondo. Um engenho explosivo de tonado à distância matou o condutor de um veículo que acabara de deixar a casa da sua irmã após mais uma visita rotineira.

A vítima de tão ignóbil crime, João Manuel Sousa Fernandes, de 39 anos de idade, casado e motorista de profissão, sucumbiu perante o impacto demolidor da explosão resultante da detonação, a uma distância de algumas dezenas de metros, de uma grande quantidade de dinamite, que espalhou fragmentos do carro num raio de muitos metros.

A reconstituição que vem sendo feita dos momentos da vida da vítima que antecederam o crime, até tendo por base as declarações de familiares, apontam para mais um domingo semelhante a muitos outros em que costumava dirigir-se a casa da sua irmã em Parada de Gatim para alimentar os cães de caça que ali eram guardados. Nesse fatídico dia, terá saído com o cunhado para tratar de assuntos relacionados com um projecto de uma casa a construir naquela freguesia e terão regressado à casa deste ao fim da tarde, cerca das 20h, onde acedeu ao convite da irmã de ali jantar. Quando, pelas 21h10, abandonou a casa da sua irmã para se dirigir ao apartamento em Braga onde residia, os familiares de quem acabara de se despedir ouviram um som ensurdecedor, saíram para a rua em pânico e depararam com o dantesco panorama do automóvel de João Manuel, um velho Toyota de matrícula QN-03-00, beije, completamente destruído e envolto numa negra nuvem de fumo.

Nos escombros, pairava o cadáver ensanguentado e algo carbonizado da vítima da explosão, que terá ocorrido logo que se sentou no banco do condutor, sendo crível que sob a carroçaria, precisamente no lugar do condutor, estariam instalados os vários quilos de dinamite, accionados à



distância por um detonador, a julgar pela cratera que ficou no alcatrão. Felizmente, desta feita, não estava acompanhado pelo seu filho menor com quem ali costumava deslocar-se com alguma frequência.

Os agentes da polícia judiciária que acorreram ao local terão detectado a existência de um fio duplo, preto e vermelho que se ligava ao automóvel desde a mata mais próxima.

Férias de Cerqueira geram dúvidas entre a vereação

A vereação da Câmara Municipal de Vila Verde opositora à gestão do Presidente António Cerqueira e seus pares, decidiu solicitar à Divisão Jurídica da edilidade um parecer sobre a legalidade do período de trinta dias de férias que aquele edil está a disfrutar.

Na reunião camarária do dia 20 de Janeiro, o vereador centrista Mota Alves, que já a presidiu na qualidade de Presidente substituto, informou os restantes vereadores que António Cerqueira se ausentara, em gozo de férias, encontrando-se em viagem por países da África do Sul e da América do Sul. O vereador do Partido Popular, Bento Morais e os seus homólogos do PSD, José Manuel Fernandes e Alberto Oliveira, assim como o socialista José Gama, suspeitaram do direito assumido pelo presidente da edilidade de usufruir tal período de férias.

Suspeita fundada no regime geral e no da função pública, que não o permite por tão prolongado tempo, sobretudo tendo em conta que António Cerqueira ainda não completou um ano de exercício de funções após a sua reentrada na Câmara. Recorde-se que o edil reassumiu a presidência da Câmara em 6 de Agosto de 1996, após dois anos de interrupção, no seguimento da perda de mandato imposta pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA), fruto da viabilização de um loteamento ilegal.

António Cerqueira terá entretanto que regressar antes do dia 20 de Fevereiro, para estar presente no Tribunal da Comarca de Vila Verde no julgamento, já adiado seis vezes, do caso em que o ex-Presidente da Junta de Prado S. Miguel foi falsamente transformado em funcionário da Câmara na sequência de um acidente de trabalho. Julgamento em que António Cerqueira é o principal arguido, tendo sido já esgotadas as possibilidades de falta de comparência.

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls. 58vº, a fls. 60vº, do livro de notas nº74-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 19 de Dezembro de 1996, uma escritura de Justificação e Compra e Venda outorgada por:

JOAQUIM FOLHA DE SOUSA ou JOAQUIM DE SOUSA e mulher MARGARIDA CATARINO DE SOUSA, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Duas Igrejas, deste concelho e ela da freguesia de Gondifelos, do concelho de Vila Nova de Famalicão e residentes na Avenida António Macedo, 26, da freguesia de Braga (São Vítor), do concelho de Braga, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO RÚSTICO denominado "BOUÇA DA SENTIEIRA", circundada por parede, sito no lugar da Lagoa, da dita freguesia de Duas Igrejas, com a área de 664 m², a confrontar do norte com José Carneiro, do sul com Abílio Carneiro Gonçalves, do nascente com Manuel Gomes Folia e do poente com Abílio Carneiro Gonçalves, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 1.624, com o valor patrimonial de 656\$00, a que atribuem o valor de 20.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na matriz em nome do justificante.

Que no inventário orfanológico por óbito de Luís Fernandes ou Luís

António de Sousa, residente naquela freguesia de Duas Igrejas, cuja partilha foi homologada por sentença de 17 de Novembro de 1950, foi adjudicado ao justificante uma quarta parte indivisa do prédio então mais vasto e inscrito na matriz sob o artigo 2.167, tendo sido adjudicado a cada um dos outros irmãos António de Sousa e Palmira de Sousa, três oitavos indivisos do mesmo prédio.

Por volta do ano de 1959, eles justificantes e aqueles seus irmãos António de Sousa e Palmira de Sousa, portanto há mais de 40 anos, procederam à divisão e demarcação do dito prédio por contrato não reduzido a escrito.

O que é certo é que essa divisão resultou que eles outorgantes ficaram desde logo a usufruir e deter como autónomo o prédio que agora se arrogam e corresponde ao actual artigo 1.624, durante mais de quarenta anos à vista e como o conhecimento de toda a gente, sem oposição de ninguém, pagando as respectivas contribuições, colhendo os frutos, sem interrupção e ostensivamente, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono, numa posse pacífica, pública e contínua, pelo que por meio dessa posse o terão adquirido por usucapião que invocam para efeitos de registo na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 6 de Janeiro de 1997.

A 1º AJUDANTE,

(Berta Maria Gonçalves Guimarães Rodrigues da Silva)

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls.20 a fls.21, do livro de notas para escrituras diversas nº75-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 27 de Janeiro de 1997, uma escritura de Justificação outorgada por:

JOÃO DA SILVA BASTOS e mulher MARIADA CONCEIÇÃO DA MOTA RODRIGUES BASTOS, casados sob o regime da comunhão geral, naturais da freguesia de Moure e residentes no lugar da Aguela, da freguesia da Lage, ambas deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO composto de "CASA DE RÉS-DO-CHÃO e LOGRADOURO", sito no lugar da

Aguela da referida freguesia da Lage, com a superfície coberta de 80m² e Logradouro com a área de 1260m², a confrontar do norte com o caminho de servidão, do sul com herdeiros de Maria da Cunha, do nascente com a estrada nacional e do poente com João Jerónimo Pinheiro, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 433, com o valor patrimonial de 17.143\$00, a que atribuem o valor de 100.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na matriz em nome do justificante.

Que, efectivamente os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há mais de 25 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição

de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que eles edificaram este prédio numa parcela de terreno doada ao justificante por sua mãe Rosalina da Silva Bastos, residente que foi no dito lugar da Aguela, por contrato não reduzido a escritura pública, por volta do ano de 1970.

Porém, como vêm possuindo desde então o prédio na forma acima referida, adquiriram o mesmo por usucapião, que invocam para a primeira inscrição a seu favor na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 27 de Janeiro de 1997.

A 1º AJUDANTE,

(Berta Maria Gonçalves Guimarães Rodrigues da Silva)

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls. 58vº a fls 59vº, do livro de notas para Escrituras Diversas nº 75-B, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 8 de Janeiro de 1997, uma escritura de Justificação outorgada por:

Joaquim Antunes Lobo e mulher Laura da Rocha Araújo, casados sob o regime da comunhão geral, naturais da freguesia de Aboim, deste concelho e residentes no lugar do Esparido, da freguesia da loureira, deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO composto de "UMA CASA DE RÉS-DO-CHÃO COM LOGRADOURO", sito no lugar do Esparido, da

mencionada freguesia da Loureira, com a superfície coberta de cento e vinte metros quadrados e logradouro com a área de cem metros quadrados, a confrontar do norte, nascente e poente com Caminho e do sul com o Proprietário, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 433, com o valor patrimonial de 1.530.000\$00 a que atribuem o valor de 1.600.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na matriz em nome do justificante marido.

Que, efectivamente os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há cerca de 27 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem

oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que, os justificantes adquiriram o referido prédio por o terem comprado a João Manuel Alves e mulher Maria Torres Peixoto, residentes no lugar da Gândara, da freguesia de Soutelo, deste concelho, por contrato não reduzido a escrito no ano de 1970.

Porém, como vêm possuindo desde então o referido prédio na forma acima referida, adquiriram-no por usucapião, que invocam para efeitos de registo em seu nome na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.

Cartório Notarial de Vila Verde, 9 de Janeiro de 1997.

A Escriturária Superior,

(Isabel Maria da Cunha Faria de Lira Duarte)

TRIBUNAL DE FAMÍLIA E DE MENORES DE BRAGA

ANÚNCIO

FAZ-SE SABER, que nos autos de Acção de Divórcio Litigioso Nº 264/95, que correm seus termos neste Tribunal de Família e Menores desta cidade e comarca de Braga, nos quais é Autor(a) - JOÃO CARLOS FERNANDES FERREIRA PEREIRA, residente no lugar de Leiroinha, freguesia de Cervães, comarca de Vila Verde e Réu (é) ROSA MARIA MOREIRA CACHETAS PEREIRA, com última residência conhecida no lugar do Barral, freguesia de Oleiros, comarca de Vila Verde, é este(a) Réu(é) CITADO(A) para no prazo de 20 DIAS, finda que seja a dilação de 30 DIAS, contados da 2ª. e última publicação do anúncio, contestar, querendo, a Acção de Divórcio que lhe move o(a) Autor(a) acima identificado(a), que consiste "no pedido de divórcio Litigioso", cujo duplicado da petição inicial se encontra á disposição do(a) citando(a), nesta secção, com a advertência de que, a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo(a) Autor(a).

Braga, 09 de Dezembro de 1996

O JUIZ DE DIREITO

a) MANUEL AUGUSTO PEREIRA DE FARIA

O ESCRIVÃO ADJUNTO

a) ANSELMO AUGUSTO LOPES

PASTELARIA S. SEBASTIÃO

FABRICO DIÁRIO DE PASTELARIA FINA

BOLOS DE NOIVA - BAPTIZADOS
COMUNHÕES - ANIVERSÁRIOS

PRADO - TELEF. 921657
4730 VILA VERDE

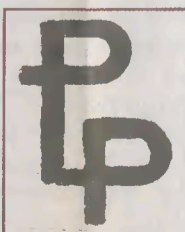
GALERIAS CARLIM



MODA
JOVEM

Armandino Araújo Carvalho

Rua Francisco Lopes Ferraz, nº 10 - Telef. 921621 - PRADO



PICHELARIA PINTO

A.J. Alves Pinto e Filhos, L.da

Aquecimentos Centrais

S. Sebastião - Prado (S.ta Maria) - 4730 Vila Verde
Telefs.: Escrit.: 921085 - Resid.: 32535

CANALIZAÇÕES

PISCINAS

MARTINHO GONÇALVES É A APOSTA DO PS

No dia 4 de Fevereiro teve lugar a apresentação da candidatura do Dr. Martinho Gonçalves à Câmara Municipal de Vila Verde pelo Partido Socialista.

O evento decorreu num restaurante da Vila de Prado e contou com a presença de numerosos apoiantes de diversos quadrantes políticos e de altos responsáveis do PS a nível regional e nacional, entre eles o Secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, e o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Narciso Miranda.

José Martins, Presidente da Comissão Política concelhia do PS, abriu a sessão agradecendo as ilustres presenças e apresentando o candidato socialista à Câmara, tendo sublinhado que o mesmo fora eleito por unanimidade e aclamação em reunião do órgão partidário a que preside, no dia 31 de Janeiro.

O dirigente socialista revelaria igualmente que o mandatário do Dr. Martinho Gonçalves é o Sr. Manuel Lopes da Mota.

Quanto à candidatura em si, frisaria que se trata de um projecto consistente, credível e com pernas para andar, e que os vilaverdenses estão perante uma "candidatura para mudar Vila Verde".

O mandatário Manuel Lopes da Mota, começou a sua alocução lembrando o precoce envolvimento do Dr. Martinho Gonçalves em actividades de interesse público, mormente a sua ligação ao Vilaverdense F. C.. Não poupando rasgados elogios ao candidato, o Sr. Manuel Lopes da Mota reconheceria estar-se na presença daquele que "é hoje a voz viva de Vila Verde e que nas Instituições se faz ouvir para bem dos vilaverdenses", admitindo como certo que se trata de um grande democrata, do "homem da tal corrida de fundo e de estafetas", não havendo em Vila Verde outro candidato com tal projecção para o ano 2000, nem com as suas capacidades intelectuais e humanas.

Quanto ao projecto em si, o mandatário de Martinho Gonçalves con-

sideraria tratar-se de uma candidatura abrangente, supra-partidária, susceptível de congregar mais forças e assim contribuir para o engrandecimento e bem estar das populações de Vila Verde. Também a juventude seria objecto de um apelo especial dado estar-se na presença de um candidato jovem e uma vez que o futuro aos jovens pertence.

A incisiva intervenção do Dr. Martinho Gonçalves teria início com o agradecimento a todos quantos não sendo do PS se associaram ao evento, aos responsáveis socialistas que acederam ao convite e à comunicação social, reconhecida-mente peça importante na divulgação da candidatura e dos propósitos que lhe subjazem.

O carismático dirigente socialista, agora candidato ao executivo camarário, confessou sentir-se imensamente honrado com o facto do Sr. Manuel Lopes da Mota ter aceite o convite que lhe foi endereçado no sentido de exercer as funções de mandatário da sua candidatura, tanto mais que se trata de um homem de reconhecido mérito na sua vida profissional, um empresário de sucesso no concelho que se construiu do nada mercê de uma

grande capacidade de trabalho e uma invulgar inteligência.

O Dr. Martinho Gonçalves daria continuidade ao seu discurso de apresentação da candidatura sob o lema "Vila Verde - Terra de Bem", sublinhando que aceitou ser candidato num momento particularmente difícil para o concelho, mas tal representa para si um grande desafio, na convicção de que Vila Verde carece de um rumo seguro que o projecte na direcção do progresso e de que vai conseguir ganhar a adesão e confiança dos vilaverdenses. Reconhecendo que estão em vias de razoavelmente satisfeitas as necessidades mais básicas da população, o candidato socialista convém que "os vilaverdenses têm que entrar no século XXI, na dinâmica dos novos desafios que nos esperam, de cabeça erguida e sem complexos".

A assunção de um "plano estratégico de desenvolvimento para o nosso concelho" é o firme propósito sublinhado por Martinho Gonçalves, na certeza de que urge "potenciar a vitalidade comercial e industrial da parte sul do concelho e aí apostar no incremento de novas indústrias que tragam riqueza e emprego aos vilaverdenses de modo



Arons de Carvalho, o mandatário Manuel Lopes e José Martins.



O LEMA É "VILA VERDE — TERRA DE BEM"

a fixá-los entre nós. Ao mesmo tempo, conhecendo as riquezas naturais da zona norte do concelho, afigura-se-nos correcta a aposta no turismo rural, na indústria do artesanato e na nossa gastronomia, complementada com a exploração de alguns recantos naturais de rara beleza paisagística."

A Câmara é, no dizer de Martinho Gonçalves, "o centro impulsionador de toda a actividade autárquica", pelo que lhe compete uma clara e incisiva actuação, que poderá passar pela criação de serviços especiais de atendimento público e que a Câmara se torne "uma extensão da casa de cada um."

Ao nível da educação, é ponto assente a aposta na renovação do parque escolar concelhio e na criação de infraestruturas culturais e desportivas: pequenos polidesportivos nas freguesias e espaços de animação socio-cultural.

O turismo poderá ser promovido mediante a criação de novas e devidamente equipadas praias fluviais e a colocação de Vila Verde no roteiro turístico da região. A promoção e divulgação do nosso rico vinho verde, a aposta no associativismo juvenil e outras iniciativas com vista à promoção do desporto também serão alvo de uma mais do que merecida atenção.

A potencialização do relacionamento de Vila Verde com Braga é um dos grandes lemas de Martinho Gonçalves, bem evidente quando sustenta que "houve sempre a ideia de que Braga é factor impeditivo do desenvolvimento de Vila Verde. Vamos provar o contrário e isso passa necessariamente pelo encontro de polos de desenvolvimento que

em áreas tão diversas como o são o turismo, os transportes, a rede viária, a segurança, o desporto, o gás natural, a TV por cabo, etc. Neste propósito, tem importância relevante a questão das acessibilidades e desde logo o nova Ponte da Vila de Prado e respectivos acessos em que tanto nos empenhamos até à sua plena concretização."

Na parte final da sessão, destinada a interpelações dos jornalistas, o Dr. Martinho Gonçalves reiterou as suas preocupações com a denegrida imagem do concelho que tem chegado ao resto do País e mostrou-se, mais do que nunca disposto a tudo fazer em ordem à reabilitação do bom nome de Vila Verde. Sobre as críticas dos demais partidos à campanha por si encetada muito recentemente no sentido de tal reabilitação, o deputado socialista reconheceria compreender muito bem que a mesma tenha doído aos seus adversários políticos mas nada nem ninguém o demoverá de proporcionar a criação no concelho de um clima que restitua o orgulho ferido e a dignidade aos vilaverdenses.

Relativamente à questão dos ciganos, o Dr. Martinho Gonçalves fez passar a inequívoca mensagem de que é ponto de honra para si não se servir de tão séria quanto importante questão para fins eleitoralistas, embora fosse referindo que a população de Vila Verde não é mais racista nem xenófoba do que a de qualquer outro concelho do País e que a resolução dos problemas em Cabanelas terá que ser protagonizada pela Câmara, sendo certo que defende soluções na medida do possível concensuais.

MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA BENTO MORAIS

O Delegado do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo do Porto ouviu recentemente o vereador da Câmara Municipal de Vila Verde, Bento Morais, no âmbito da denúncia de eventuais ilegalidades por si cometidas no processo de viabilização da construção do supermercado "LIDL" na sede do concelho.

Bento Morais é acusado pelos três vereadores do PSD na Câmara, em 1995, de favorecimento da Cooperativa Agrícola de Vila Verde, a cujos destinos já nessa altura presidia, ao deferir, na qualidade de Presidente da Câmara, um pedido de viabilização de construção no terreno daquela cooperativa.

Em 17 de Novembro de 1994, um mês após a perda de mandato de António Cerqueira e consequente substituição pelo vereador Bento Morais, a sociedade "LIDL Portugal & C^ª, Lojas Alimentares" solicitou à Câmara um parecer de viabi-

lidade ou informação prévia para a construção de uma loja no terreno do lugar da Cachada, propriedade da "Caviver - Cooperativa Agrícola de Vila Verde, CRL". Nesse mesmo dia, Bento Morais emite um parecer favorável e em 5 de Dezembro desse mesmo ano é celebrado um contrato-promessa de compra e venda do terreno, sobre o qual recaem fortes suspeições, em virtude da LIDL se comprometer a pagar adiantadamente 5 mil dos 55 mil contos, valor da venda do terreno, caso obtivesse a viabilização da construção antes da realização da escritura pública.

O que haveria de acontecer, já que o projecto de arquitectura do supermercado foi aprovado na reunião camarária de 16 de Janeiro de 1995 e o pedido de licenciamento da construção na reunião de 13 de Março, desconhecendo a vereação a inexistência da obrigatória escritura pública, sem a qual, sustenta-

ram os sociais-democratas, nem sequer deveria ter dado entrada na Câmara qualquer pedido de viabilidade. Vereadores que foram informados da inexistência de qualquer escritura por um sócio da Cooperativa, Abel de Oliveira Viana, que estranhou a "acelerada" construção do pavilhão ao abrigo de um publicitado alvará da Câmara.

Situação que terá despoletado a realização da exigida escritura, que teve lugar em 20 de Junho de 1995, no Quinto Cartório Notarial do Porto, assinada por Bento Morais na qualidade de máximo representante da Caviver. O que não invalidou que os vereadores do PSD tivessem solicitado ao Tribunal Administrativo do Porto um inquérito a todo este processo, considerando-o ferido de graves ilegalidades.

O Delegado do Ministério Público está assim a investigar, para além do mais, porque foi a obra licenciada em Março de 1995 e a

escritura de venda do terreno apenas efectuada quatro meses depois.

• Apanhado pelo emaranhado da lei

Bento Morais considera que não favoreceu a Cooperativa ao vender 800 m² de terreno, quando havia um estudo que previa a ocupação de 2.000 m² para construção em altura, embora reconheça que "o emaranhado da lei ter-me-á apanhado".

Como auto-defesa referiu na altura que terá havido uma incorrecção na redacção da acta de uma reunião em que alegadamente terá pedido a suspensão das suas funções em virtude da assunção do cargo de Presidente da Câmara, que, sustenta, não terá sido assim entendido. Mostrou-se então convicto de que Vila Verde saiu a ganhar em termos urbanísticos, assim como o público, aludindo aos



bons preços que estão a ser praticados no supermercado.

Alusões de que discordou o vereador social-democrata José Manuel Fernandes, afirmando terem sido praticadas por Bento Morais ilegalidades "muito mais graves do que as que levaram à perda do mandato de António Cerqueira".

Entre populares e sociais-democratas...

DIVISÕES INTERNAS ADIAM PROCESSO ELEITORAL

No seio do Partido Popular, no poder, e do Partido Social Democrata, principal força da oposição, prossegue a indefinição quanto ao candidato à presidência da Câmara a apresentar ao plebiscito no final deste ano.

Situação que tem originado a formulação das mais diversas possibilidades e conjecturas, tendo mesmo sido aventada a hipótese de uma eventual coligação entre os dois partidos, prontamente negada por altos responsáveis de ambas as partes, sob a alegação de que dispõem de fortes probabilidades de saírem vitoriosos em Dezembro do ano em curso. Quanto a personalidades, houve mesmo quem chegasse a falar que António Cerqueira poderia vir a vestir de laranja, assim como o independente Domingos Lopes, que tem vestido rosa. Cenários prontamente desmentidos, mas que reflectem o impasse que se faz sentir entre as duas forças políticas mais representativas no concelho de Vila Verde.

• António Cerqueira ou Bento Morais?

Entre os "populares", a perda do mandato de António Cerqueira entre 1994 e 1996 provocou a impensável cisão com o seu braço direito Bento Morais. Este, ao substituir o edil deposto, assumiu por inteiro a transição para figura de proa do Partido Popular e da política vilaverdense, preocupando-se em mostrar obra e tomando posições que de forma alguma agradaram ao ex-presidente.

Com o regresso de António Cerqueira, tornou-se mais do que evidente o desentendimento entre os dois "amigos", com Bento Morais a auto-suspenção da vereação a tempo inteiro, recusando partilhar com António Cerqueira a gestão camarária e apresentando-se de forma clara ao partido como candidato à Câmara, afirmando de forma contundente que a era Cerqueira

tinha expirado e que o edil já não está à altura das novas exigências.

Postura que parece ter expevitado António Cerqueira, que após umas "vingançazinhas", acabou por afinal se mostrar disposto a nova recandidatura, após ter declarado não voltar a fazê-lo, por, como é trivial nestas ocasiões, considerar que o concelho ainda precisa dos seus préstimos.

Cabe, portanto, ao Partido Popular escolher entre estes dois autarcas aquele que será o seu candidato à Câmara, com a Comissão Política Concelhia a ter já mostrado preferência por Bento Morais, aguardando-se a decisão do Plenário, que reunirá para o efeito em finais do mês de Fevereiro. Tudo indica, porém, que a preferência da maioria dos "populares" recairá sobre Bento Morais, dada a reconhecida má imagem de que vem gozando António Cerqueira com os sucessivos processos judiciais, inquéritos e condenações que sobre si e a sua gestão têm recaído. Aliás, a sua manutenção em funções está dependente de um recurso apresentado ao Supremo Tribunal Administrativo (STA), após ter sido de novo decidida a perda de mandato em primeira instância. Mesmo que o STA sentencie a perda de mandato antes de Dezembro, o que parece pouco crível, isso não invalida, segundo o advogado do edil, que se apresente como candidato e venha a exercer novo mandato, já que a decisão se reportará apenas ao mandato de 1994/97.

A verdade é que perante todo um contexto que lhe é manifestamente adverso, já que mesmo o líder distrital, António Pedras, e o próprio Manuel Monteiro, assim como o Presidente da Concelhia, Domingos Pereira, não vêm com bons olhos a sua recandidatura, António Cerqueira que começou por se mostrar disponível a candidatar-se por outras tendências partidárias, diz agora que poderá vir a apoiar o

candidato que se apresente em melhores condições para derrotar Bento Morais.

• Pedida intervenção de Marcelo

Entre os sociais-democratas, o impasse fica a dever-se à não tomada de uma decisão por parte do Conselho de Jurisdição Nacional, em face do pedido de impugnação das eleições para a Comissão Política Concelhia, efectuadas em Abril do ano passado.

Recorde-se que Álvaro Santos, derrotado por um voto por José Manuel Fernandes, alegou junto do conselho de Jurisdição Distrital a ocorrência de irregularidades durante o acto eleitoral. Foi-lhe dada razão, mas o candidato eleito recorreu em Setembro ao Conselho Nacional de Jurisdição, que até à data ainda não se pronunciou, o que inibe a Concelhia do PSD de avançar na preparação do processo autárquico.

Concelhia que, ao que apurámos, tem já na manga um candidato, que bem pode ser João Lobo, personalidade capaz de congregar os esforços da desavinda família "laranja".

Inconformado com este impasse, Álvaro Santos enviou uma carta a Marcelo Rebelo de Sousa, solicitando a sua intervenção junto do Conselho Nacional de Jurisdição no sentido de que tome urgentemente uma decisão relativamente ao recurso interposto pela lista de José Manuel Fernandes. Considerando "estranha" esta demora de quase um ano, sobretudo quando, é sua convicção, o PSD tem fortes probabilidades de vencer as próximas eleições. Sustentam os elementos da lista B que a união se consegue com transparência e justiça e não "congelando" as irregularidades, afirmando: "(...) queremos contribuir, sem pretender qualquer lugar nas listas, para o desenvolvimento da nossa terra e engrandecimento do PSD".

QUINTA DA BOTICA PARECE LIXEIRA MUNICIPAL

É já sobejamente conhecido o problema da imunda lixeira existente no loteamento da Quinta da Botica na Vila de Prado, junto à área comercial e na zona mais habitada.

Comerciantes e moradores não respeitam os dias e os horários de colocação do lixo para recolha do mesmo pelos camiões camarários e por vezes as montanhas de sacos mais fazem lembrar as mais pestilentas fabelas brasileiras.

Acontece, porém, que de há uns tempos a esta parte o local tem servido para vários indivíduos de outros lugares e até de diferentes freguesias af colocarem o lixo ao fim-de-semana.

A Junta de Freguesia, quando instada por moradores mais briosos e conscientes dos seus deveres e direitos cívicos, reclama provas



para poder actuar. Assim sendo, aqui deixamos uma prova que nos parece evidente, que nos foi facultada por um morador, e se forem necessárias testemunhas e

outras fotografias mais detalhadas, é favor contactar a redacção deste jornal.

E esta Srs. Presidente da Junta e da Câmara Municipal!...

Soutelo

Pais revoltam-se contra professora

No dia 27 de Janeiro, os pais de cerca de duas dezenas de alunos da Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Soutelo reuniram-se em frente ao edifício escolar para se manifestarem contra atitudes alegadamente reprováveis de uma das docentes daquele estabelecimento de ensino, impedindo mesmo as crianças de voltarem às aulas.

Na origem de tão drástica tomada de posição, está o alegado hábito da docente de fumar nas aulas e de ler o jornal, não se mostrando minimamente empenhada em ensinar as crianças. Os pais mais lamentam que tenham fornecido aos seus filhos 2750\$00 para a aquisição de livros e até à data não viram nem livros nem dinheiro.

Tendo feito diligências junta da Directora da escola e do Delegado Escolar do concelho e como daí não haviam surtido ainda quaisquer efeitos, dispõem-se a encetar formas de luta com impacto como esta concentração que contou com a presença dos órgãos de comunicação social de implantação nacional.

O Delegado Escolar, Professor Nídio, em declarações aos órgãos de comunicação social, referiu que a docente se encontra dentro da legalidade naquele posto de trabalho a exercer a sua profissão e quanto a isso nada pode fazer, até porque é uma competência que naturalmente o ultrapassa. Por outro lado, vinhou igualmente a ideia de que não pode ficar insensível aos anseios e preocupações da população, pelo que tudo está a ser feito em ordem a repor a normalidade na situação e conceder às crianças a possibilidade de retomarem o seu direito a frequentarem a escola.

Quanto à docente em questão, recusou-se a prestar declarações públicas e continuou no seu posto de trabalho, a sala de aula. Sabe-se, no entanto, que nega todas as acusações que lhe são dirigidas, sustenta que jamais fumou na sala de aula e que a leitura dos jornais obedece a propósitos de natureza pedagógica, até porque lê com os alunos notícias relativas ao meio. No que concerne ao dinheiro a que aludem os pais, remete para o Centro da Área Educativa, asseverando que não ficou com um único centavo.

• Com diálogo tudo se resolveu

Ultrapassada a fase mais escaldante do diferendo que opunha os encarregados de educação à docente Maria Lúcia, Delegado Escolar, Directora da Escola e Pais reuniram e acordaram no funcionamento das aulas do terceiro ano do ensino básico com a Professora contestada, mas contando agora com o apoio de mais dois Professores, um dos quais irá dedicar-se ao apoio aos alunos com maiores dificuldades.

Por outro lado, a Professora Maria Lúcia terá devolvido aos alunos a quantia que os mesmos haviam dado para a aquisição de livros a que jamais tiveram acesso.

Ainda assim, a Inspeção-Geral, ao que apurámos, não deverá deixar de proceder à abertura de um inquérito com vista a indagar da veracidade das acusações que impendem sobre os métodos e conduta profissional da docente em questão.

A Minha Terra

Sem querer julgar-me um tribuno ou mestre-escola, porque na verdade não o sou, mas sim um apagado cidadão; devo confessar que sinto orgulho e vaidade em haver nascido na linda Vila de Prado, donde migrei há quase quatro décadas para esta cidade do Porto.

Se sinto orgulho e vaidade em ser Pradense, também sinto um certo pesar por os meus patrícios não procurarem elevar mais dignamente a terra que os viu nascer e criou.

Sempre me pautei por chamar às coisas pelo seu nome próprio.

Estou a referir-me à tradição e costumes dos aldeões mencionarem as suas residências no já obsoleto de ... "lugar"..., onde não existem, em vez de ... Rua ... ou praça, que é o nome próprio.

Ontem, num outro jornal local, chamava a atenção para o não existente "lugar da Ponte" e isto valeu-me um forte puxão de orelhas (no mesmo jornal) dum pradense provinciano!

Hoje, quero referir-me ao analfabetismo saloio de mencionarem e deturparem o verdadeiro local de residência.

Neste Jornal da Vila de Prado - 30/09/96 - mencionava uma escritura notarial que os signatários residem na Avenida da Igreja Nova! Porque carga de água não chamar a esta Avenida pelo seu próprio nome? Serão tão ignorantes que não sabem que residem na AVENIDA CÓNEGO COSTA E SILVA? Estes erros geralmente vêm mencionados em todas as escrituras notariais! (pelo menos é o que tenho lido).

Temos de emendar estes erros inadmissíveis e acabar com o provincianismo de... lugar da ponte... a toda a área que envolve a parte baixa da freguesia. Temos ruas, praças e largos. Assim escrevendo, torna-se a Vila de Prado mais elegante e mais orgulhosamente civilizada.

Não temos pergaminhos que nos enobrecem e engrandecem?

Não temos vestígios de um passado glorioso? Não temos monumentos a testemunharem a existência desse tempo aureo? Não existem brasões evocativos dessas gentes de nobreza e que nos legaram essa nobreza?

Elevemos com vaidade e orgulho o bom nome da Vila de Prado, acabemos com os "lugares" onde não existem.

Não será a Vila de Prado uma cidade?

Loureiro

Cabanelas

Aguardando as prometidas demolições...

COMISSÃO CONVIDA GOVERNADOR A FAZER AS MALAS

Uma pretenha Comissão de Moradores da freguesia de Cabanelas, considerando que a demolição das "casas clandestinas de vendedores de droga fará voltar a paz a Cabanelas", mostra-se agastada com a actuação do Governador Civil de Braga no diferendo que os opõe à comunidade cigana.

Reputam-na de "hipócrita e imparcial", lamentando em comunicado que Pedro Bacelar de Vasconcelos se tenha insurgido contra as populações de Cabanelas, Oleiros e de Cervães "por estas se defenderem e protestarem vivamente, direitos que assistem a qualquer cidadão num estado de direito". Hernâni Pereira, David Araújo & C³ consideram que deixou de haver "paz, sossego e confiança" em Cabanelas a partir da instalação ali da comunidade cigana, "que se dedica à venda de droga e outras práticas ilícitas e imorais".

Apontam como única solução para o pretenso problema que os aflige a "total demolição das casas totalmente ilegais que estão implantadas em zona de floresta de produção". Operação que o Presidente da Câmara, António Cerqueira, prometeu executar o mais tardar até meados do mês de Fevereiro, reiterando a confiança na edilidade vilaverdense quanto ao cumprimento de tal promessa. Possibilidade de que não é adepto o Governador Civil de Braga, que se mostra preocupado com uma alegada predisposição da Câmara para a demolição num concelho em que diz abundarem as construções clandestinas, o que faz com que, por exemplo, as 60 famílias que se candidataram ao Rendimento Mínimo Garantido vivam debaixo de um tecto.

Pedro Bacelar de Vasconcelos reconhece a existência de tráfico de droga e problemas de relacionamento entre as duas comunidades, delegando a resolução de tais problemas nas autoridades policiais, cuja acção, sustenta, tem sido seri-



Nos primeiros tempos havia esta barraca e pouco mais, mas agora...

amente prejudicada pelas milícias populares, mostrando-se convencido que sem esse óbice o tráfico de droga já teria sido definitivamente erradicado. Atribui a contestação popular à acção de "meia dúzia de rufiões" que se proclamam abusiva e infundadamente representantes de toda uma população.

Por seu lado, a Comissão de Moradores revela que a população de Cabanelas está chocada com "os insultos de racismo e de xenofobia induzidos pelo Governador Civil de Braga e por outros grupozinhos extremistas de Lisboa". Pelo que julgam "chegada a hora de o senhor Governador Civil de Braga fazer as malas e partir. Basta de ser Avestruz."

"Apelamos às instituições governamentais deste País que contribuam positivamente na resolução dos gravíssimos flagelos que têm assolado a população de Cabanelas, constituída por trabalhadores honestos e outras pessoas humildes que pagam as suas contribuições." — concluem os representantes da população de Cabanelas.

• Ciganos enganados

O Presidente da Câmara substituto, Mota Alves, terá ficado estupefacto quando ciganos de Cabanelas lhe apresentaram um

registo das Finanças de desmembramento em lotes dos seus terrenos em Regalde, convencidos de que teriam assim garantido a legalização das suas habitações, a braços com um processo de demolição.

Confrontados com uma resposta negativa do autarca, terão mesmo proferido ameaças. Mota Alves considera inadmissível que andem a enganar os ciganos com subterfúgios desta natureza, que não se traduzem em nada mais do que o pagamento inútil de contribuições ao Estado.

O Presidente da Câmara em exercício deixa bem claro que se torna praticamente inviável a legalização das construções dos ciganos, por se encontrarem, como já aqui foi referido, em zona de floresta de produção, acrescentando, porém, que os visados apenas se apresentaram na Câmara para comunicar o descabido desmembramento. Continuam assim em curso os processos de demolição, tornando claro o actual máximo responsável pela gestão dos destinos do concelho que as ameaças não assustam a Câmara, que, a manter-se o actual estado de coisas, ordenará mesmo a destruição das habitações dos ciganos, à imagem do que aconteceu no último Verão em Oleiros.

CIGANOS ACUSAM GNR'S DE ROUBO E PECULATO

A Polícia Judiciária de Braga, nos dias 09 e 10 de Janeiro, ouviu trinta e dois elementos da GNR no âmbito de um rol de acusações de roubo e peculato alegadamente cometidos durante uma rusga policial efectuada em 1995 no acampamento cigano de Cabanelas.

Na sequência deste inquérito judicial, que principiou com buscas às residências dos inquiridos, no ano passado, estão indicados como arguidos oito agentes e um civil. Entre eles, dois guardas da GNR encontram-se já detidos no estabelecimento prisional militar de Tomar desde o dia 08 de Fevereiro de 1996, por decisão do Tribunal Judicial de Vila Verde. Trata-se do sargento Manuel Correia, que co-

mandava o posto da GNR de Vila do Conde, e de Manuel Fortunas, soldado do posto de Penafiel, e de Joaquim da Silva, conhecido por "Lau", um indivíduo de etnia cigana pretensamente intermediário dos guardas. Este também deveria ter sido ouvido pela Polícia Judiciária mas logrou evadir-se da prisão de Castelo Branco.

Os seis novos arguidos indiciados pela Polícia Judiciária vão, porém, aguardar julgamento em liberdade, estando prevista a conclusão deste processo no mês de Fevereiro.

Processo que foi despoletado por um filho do líder da comunidade cigana expulsão de Oleiros, conhecido pela alcunha de "Nicanon", detido na rusga que o Grupo Especial

de Acção e Pesquisa (GEAP) da GNR de Matosinhos efectuou ao acampamento cigano de Regalde-Cabanelas, em 1995, e condenado posteriormente a 09 anos de cadeia por tráfico de droga. Grupo Especial que era integrado pelos agentes agora inquiridos, que são acusados por "Nicanon" de se terem apoderado de 4 mil contos e de objectos em ouro que não viu serem apresentados em Tribunal.

O próprio pai, João Garcia, em declaração a uma estação televisiva, acusou os guardas da GNR de terem introduzido 30 doses de droga na casa do seu filho para o incriminarem e de com o dinheiro "roubado" a ele e a outros ciganos terem comprado jipes, carros e motos.

João Garcia já pensa no regresso a Oleiros

Se o programa televisivo "Viva a Liberdade" não trouxe reconhecida nada de novo ao dossier "Ciganos de Oleiros", serviu pelo menos para se constatar que, dada a inviabilidade de outras alternativas, o futuro da comunidade cigana liderada por João Garcia parece passar pelo regresso à freguesia de Oleiros.

Mostrando-se agastado com os sucessivos sentimentos e actos de repulsa de que tem sido alvo a sua comunidade, após a expulsão dos seus terrenos em Oleiros, João Garcia admitiu perante as câmaras que vai acabar por não lhe restar outra solução que não seja o retorno ao espaço abandonado em Agosto do ano passado. O próprio Governador Civil de Braga, no mesmo programa, como que parecendo já descrever da consecução de outra possibilidade, fez ver ao Presidente da Câmara de Vila Verde em exercício, Mota Alves, que dada a existência entre o património da comunidade cigana de um terreno com capacidade construtiva, nada pode obviar à sua reivindicação naqueles domínios, ainda que para tanto seja necessário o recurso a um acompanhamento policial.

Perspectiva que vem na sequência de frustrados esforços desenvolvidos por Pedro Bacelar de Vasconcelos no sentido da reinstalação desta comunidade, alegadamente constituída por 33 pessoas, em outras áreas geográficas, de forma definitiva. Em finais de Dezembro, esteve projectada a colocação da comunidade numa antiga casa de vigilância florestal, sita em Fojo Lobal, concelho de Ponte de Lima. Mas à última hora a casa apareceu incendiada, suspeitando-se que terão sido populares locais a atear-lhe fogo, como forma de inviabilizar os propósitos do Governador Civil de Braga, cuja reacção terá sido interpretada como ofensiva aos limianos pelo presidente da edilidade, Daniel Campelo, que exigiu mesmo um pedido de desculpas ao representante do Governo no distrito bracarense.

O Governador Civil, de forma discreta, que acabou por não ser eficaz em termos de secretismo, procurava cumprir o prazo estabelecido para a permanência dos ciganos em regime de provisoriedade no território de S. Estevão de Briteiros, que culminava no final de 1996. Localidade vimaranense onde se acentua a discordância popular quanto à prolongada permanência de João Garcia & C³, sobretudo a partir da altura em que iniciaram a construção de habitações num terreno ribeirinho ao rio Ave, com autorização do proprietário.

Também os habitantes de Briteiros se queixam de tráfico de droga e de tiroteios nocturnos, pressionando a autarquia local a tomar providências, que, por seu lado, vem debalde solicitando junto do Governador Civil uma resolução definitiva para o problema. Como a mesma não se vislumbra, a Câmara de Guimarães já ameaçou que procederá à demolição de qualquer construção clandestina nos próximos dias.

É assim que Pedro Bacelar de Vasconcelos diz não vislumbrar outra solução que não seja o reatamento de negociações entre a edilidade vimaranense e o patriarca João Garcia, tendentes à transacção dos terrenos dos ciganos, caso contrário ninguém se poderá opor à sua eventual reinstalação em Oleiros. Situação impensável entre a população desta localidade, que tal como em Dezembro último, se mobilizou no passado dia 3 de Fevereiro para tornar claro que procederá, se necessário for, a uma vigilância armada para obstar ao regresso dos indesejados ciganos. A verdade é que o próprio Ministro da Administração interna, Alberto Costa, admitiu em Braga tal possibilidade, afirmando que as autoridades receberam determinações no sentido de conduzir para Tribunal quaisquer actos ligados a milícias populares e revelando estar a ser estudada a possibilidade de um novo reforço policial na zona, inclusivé o eventual recurso a um posto móvel da GNR.

A Câmara de Vila Verde, por seu lado, considera insensato que se admita sequer a adopção de uma medida que se prevê vir a criar forte instabilidade na zona de Oleiros, apelando antes ao reforço das medidas de segurança, entendendo que o aumento de efectivos e a mudança de chefia no posto da GNR da Vila de Prado não se traduziram em resultados práticos.

Mulher acusa ciganas de tentativa de rapto

Uma senhora de Cabanelas diz que quatro mulheres de etnia cigana tentaram raptar uma menina de 2 anos entregue à sua vigilância, no dia 17 de Janeiro.

Ana Penedo, a meio da tarde, levava a merenda ao seu marido, que se encontrava a podar, quando foi abordada por quatro ciganas. Para surpresa sua, as suas interlocutoras mostraram vontade de segurar na menina e não obtendo consentimento tentaram arrancá-la dos braços da sua protectora. Nessa altura, Ana Penedo, agarrando com toda a força a Andreia Felipa Pereira Arantes, prestes a completar dois anos, desatou aos gritos. Momento em que chegou de imediato ao local um automóvel conduzido por um cigano, pondo-se de imediato em fuga.

Não sem que antes a encarregada da vigilância da filha de Maria da Graça Pereira e de António Joaquim Gomes Arantes, a trabalhar fora do concelho, fosse agredida nas costas pelas alegadas raptoras.

Trata-se de mais um caso que vem contribuir para a progressiva deterioração das relações entre a população de Cabanelas e a comunidade cigana instalada no lugar de Regalde dessa freguesia. Aos acidentes provocados por cavalos, acusações de roubo, invasão de propriedade e abuso sexual, agressões, tiroteios e, sobretudo, tráfico de droga, será agora acrescentada uma tentativa de rapto. Lembra-se, aliás, que, ainda que especulativamente, já em Oleiros o desaparecimento de uma criança, ainda por solucionar, já lá vão uns anos, foi associado à presença da comunidade cigana.



Gabinete de Contabilidade de Prado

**METRÓPOLE
SEGUROS**

**AGENTE
PRINCIPAL**
★★★★★

ESCRITAS

**ZURICH
LIFE**



Lugar do Pontido - VILA DE PRADO - Telef. 921398/Telefax 922762
4730 Vila Verde

Júlio F. Gonçalves



Fabricante
de Candeeiros

Armazém de Louças

Artigos de Decoração

Brinquedos

Lugar do Monte - Oleiros - PRADO - Telef. / Fax (053) 922332 - 4730 Vila Verde



**Comércio de Máquinas
e Alfaias Agrícolas, L.da**

Gerência de Abel José Mota Alves

**Stand e Exposição
VILA VERDE**

Escritório
Talhós - Pico de Regalados
Telef. 32289
4730 VILA VERDE

Representante das Máquinas Agrícolas
INTERNACIONAL CASE - PASQUALI
COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS USADAS

APARÍCIO & FILHOS, L.DA

EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

SEDE: PRADO (S.TA MARIA) - 4730 VILA VERDE

ESCRITÓRIO - TELEF. 921112
FAX 923977

EXECUÇÃO DE:

URBANIZAÇÕES
PAVIMENTAÇÕES
TERRAPLENAGENS
SANEAMENTO BÁSICO, ETC.

COMPRA E VENDA DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO

VENDA DE APARTAMENTOS

CENTRAL DE BRITAGEM - LANHAS - VILA VERDE - TELEF. 311435

FIAT

Francisco Rosas & Macedo, L.da



**REPRESENTANTES PARA O
CONCELHO DE VILA VERDE
DAS MARCAS**

FIAT E LANCIA



Rua Dr. Francisco A. Gonçalves - VILA DE PRADO
Telefone 921580 4730 Vila Verde

"Vila Verde — Terra de Bem"

CAMPANHA SOCIALISTA MOTIVA FORTES CRÍTICAS

O mês de Janeiro foi politicamente bastante agitado no concelho de Vila Verde mercê da inédita campanha promovida por elementos afectos ao Partido Socialista concelhio, que teve por base o slogan "Vila Verde — Terra de Bem".

Os sucessivos e muito propalados diferendos das populações de Oleiros, Cabanelas e Cervães com as comunidades ciganas instaladas naquelas duas primeiras freguesias, de que resultou a expulsão do clã de José Garcia dos terrenos que possui em Oleiros, geraram uma onda de indignação em alguns meios ditos intelectuais, também patente em artigos vários de jornais de implantação nacional e em declarações na rádio e na televisão, que apontavam para comportamentos racistas e xenófobos das populações em causa.

No dizer do deputado socialista Martinho Gonçalves, tais posturas e tomadas de posição concorreram para a difusão de uma imagem muito negativa e de todo deturpada do concelho e das suas gentes. Nessa medida, assevera o Dr. Martinho Gonçalves, impunha-se reabilitar a imagem de um povo trabalhador, respeitável e bastante hospitaleiro, que desde sempre conviveu com minorias étnicas como os ciganos sem qualquer repulsa e que só questões assaz graves e atentatórias do bem estar e segurança das populações, como o proliferante tráfico de droga, os assaltos ao mesmo associados e situações de violência da integridade física das pessoas, puderam fazer exaltar os ânimos e gerar uma onda de protesto contra tão lastimoso estado de coisas a que ninguém ousava pôr cobro.

A colocação de faixas em locais do concelho considerados estratégicos com a mensagem "Vila Verde — Terra de Bem" foi a fórmula encontrada para chamar a atenção dos órgãos de comunicação social e, através destes, do País, da enorme injustiça ora cometida com um povo "de bem" que em hipótese e em circunstância alguma alimentou qualquer sentimento racista ou xenófobo, antes despoletou o histórico e único mecanismo de defesa ao seu alcance para fazer face à conduta ilícita e atentatória da segurança e ordem públicas: a revolta popular.



•PSD: que condene o actual Governo

O PSD Vilaverdense reputa de insultuosa para o povo do concelho a campanha levada a cabo por Martinho Gonçalves e seus pares, por considerar que os vilaverdenses não precisam que lhes lembrem que são pessoas honestas, trabalhadoras e respeitadoras dos direitos humanos. Segundo os sociais democratas, tudo não passa de uma manobra do candidato socialista para dar lugar a uma campanha desenfreada de caça ao voto e, em comunicado, lançam mesmo um desafio ao Dr. Martinho Gonçalves: "Se é sério e corajoso e pretende realmente defender o bom nome de Vila Verde, faça uma intervenção na Assembleia da República a condenar o actual governo, por não ter resolvido o problema da segurança no nosso concelho e a condenar os seus colegas de partido que têm contribuído, com posturas e afirmações, para rotular os vilaverdenses de xenófobos e racistas".

A Comissão Política concelhia do PSD vai mais longe ainda ao sugerir que os socialistas vilaverdenses tenham a coragem de pedir a demissão do Governador Civil de Braga, uma vez que reconhecidamente não concordam com as tomadas de posição de Pedro Bacelar de Vasconcelos.

•CDS/PP: palavras "leva-as o vento"

Também os Populares de Vila Verde se manifestaram profundamente desagradados com a cam-
panha levada a cabo por Martinho Gonçalves e seus pares. A exemplo do PSD, o PP considera que Vila Verde sempre foi uma terra de bem, pelo que a campanha se lhes afigura completamente descabida. O Presidente da Comissão Concelhia dos Populares realça que tudo não passam de manobras do "núcleo duro" que apoia a candidatura de Martinho Gonçalves à Câmara Municipal e que o concelho precisa mais de obras em prol do seu desenvolvimento do que de palavras, pois essas "leva-as o vento". Domingos Pereira diz que o concelho precisa desde já e acima de tudo "que ouçam os seus temores, que ajudem a travar o tráfico de droga, a insegurança e a tranquilidade da sua população".

No dizer daquele histórico dirigente democrata cristão, ao eleitoralismo e à demagogia devem sobrepor-se medidas que façam face aos problemas prementes que afligem as populações, e sublinha que "o problema da população de Oleiros e Cabanelas é demasiado sério para ser tratado com tanta levandade".

Também a CDU não se juntou ao PS nesta campanha alegadamente de reabilitação do bom nome dos vilaverdenses e o candidato à Câmara da CDU, o artista Arlinto Fagundes, dirigiu mesmo cerradas críticas à iniciativa de Martinho Gonçalves aquando da apresentação da sua candidatura em conferência de imprensa para que este Jornal não foi, uma vez mais, convidado, encerrando assim uma flagrante contradição com os valores e princípios ora exaltados.

CERQUEIRA BENEFICIA MEDIADOR

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, António Cerqueira, decidiu mudar a companhia seguradora dos funcionários camarários, favorecendo o mediador de seguros envolvido na alegada burla, a aguardar julgamento, que transformou um ex-autarca de Prado S. Miguel em funcionário da Câmara, na sequência de um acidente de trabalho.

António Cerqueira cancelou a apólice que a Câmara mantinha com a "UAP - Union des Assurances de Paris" desde a presidência de

Bento Moraes, aquando da perda de mandato imposta àquele pelo Supremo Tribunal Administrativo, em 1994. Insatisfeita com a actuação da "Portugarevidente", com quem mantinha então contrato, a edilidade abriu concurso e passou a "UAP" a ser a seguradora dos funcionários camarários, ao que apuramos com vantagens apreciáveis.

"Portugal Previdente" que, quando contava com os serviços de mediação de Armando Pereira, pagou uma indemnização de 600 contos ao ex-Presidente da Junta de

Prado S. Miguel, num processo que levou este agente de seguros, António Cerqueira e três funcionários à barra do tribunal.

Regressado à presidência, António Cerqueira volta agora a conceder a mediação do seguro camarário a Armando Pereira, desta feita representando a "Global", admitindo perante o executivo camarário fazê-lo pela amizade que nutre por aquele agente, não obstante uma quase irrecusável contraproposta veiculada pela companhia preterida.

Abílio Peixoto dirige Rádio Voz do Neiva

A Assembleia Geral da Cooperativa Rádio Voz do Neiva, realizada no dia 31 de Janeiro, escolheu Abílio Peixoto para presidir aos destinos desta conceituada estação de rádio local sediada em Duas Igrejas.

Abílio Peixoto encabeça a lista A, que bateu por escassos três votos a lista liderada por Carlos Faria, que fazia parte dos órgãos sociais cessantes. João Armindo Costa e Isabel Faria Duarte integram a nova equipa directiva, na qualidade, respectivamente, de secretário e tesoureira. As ideias-chave do programa apresentado pela lista vencedora, que converteu 17 dos 31 votantes, passam pelo reforço da independência da linha editorial, por uma progressiva melhoria da programação, por uma gestão mais rigorosa em termos de custos sem prejuízo da qualidade e pela criação de mecanismos que possibilitem uma maior participação dos sócios e funcionários na vida da empresa.

A Assembleia Geral da Cooperativa, que tem também sob a sua gestão o quinzenário "O Vilaverdense", passa a ser presidida por José Pinheiro Lopes, coadjuvado pelo Padre Manuel Rodrigues, vice-presidente, e por Luís Gonzaga Silva, secretário. Enquanto o Conselho Fiscal fica entregue à presidência de Manuel Lopes, tendo sido eleitos para secretário e vogal, respectivamente, José Peixoto Duarte e José Carlos Coelho.

Câmara abre concurso para parque industrial

A Câmara Municipal de Vila Verde, na reunião de 13 de Janeiro, decidiu abrir concurso público para a construção das infraestruturas do Loteamento Industrial de Gême.

O projecto, elaborado pelo GAT, está orçado em 660.817 contos, com o terreno a absorver uma fatia de 139.960 contos, destinando-se a restante verba à execução das necessárias infraestruturas. Segundo fonte da autarquia, numa primeira fase do empreendimento, relativa ao ano em curso, serão investidos 150 mil contos, para o que foi apresentada candidatura ao subprograma B do PRONORTE, distribuídos da seguinte forma: 15 mil contos para terrenos, 133.987 para obras e 1.013 para estudos.

O executivo camarário deliberou ainda conceder uma parcela de terreno, junto ao Centro de Saúde, à Casa do Povo de Portela do Vade, para construção da sua sede social, assim como um subsídio à Junta de Freguesia da Vila de Prado, destinado à aquisição de um piano digital para a escola de música.

O Dia "D"

O problema da droga é mundial, atingindo em maior ou menor escala cada um dos países do nosso planeta. O combate ao tráfico de droga devia, portanto, ser planeado à escala planetária, de forma a que este combate fosse mais eficiente. Na verdade, exige-se uma maior cooperação entre as polícias dos diferentes países e uma vigilância apertada no branqueamento de capitais de modo a diminuir o tráfico e, consequentemente, o consumo de droga.

Acabar com este tráfico parece quase uma missão impossível. Este é um negócio altamente lucrativo que floresce nesta sociedade de consumo, no sociedade dos objectos, onde para muitos o dinheiro está acima de tudo.

O problema da droga afecta-nos a todos, de forma directa ou indirecta. Note-se que a maioria dos assaltos está associada à droga. As milícias populares surgem para combater o tráfico de droga. É evidente que a droga é a maior responsável pela insegurança em que hoje vivemos. Por outro lado, os ex-toxicodependentes são estigmatizados pela sociedade e têm grandes dificuldades em se reinserir. Exige-se apoio e acompanhamento para estes ex-toxicodependentes de forma a que não voltem a cair nas malhas da droga.

Os meios para a recuperação dos toxicodependentes devem ser aumentados, mas a prevenção é sem dúvida a aposta em que toda a sociedade se deve envolver. Esta prevenção inicia-se pelo combate ao tráfico de droga. Os barões da Droga devem ser o alvo. Estes parecemos intocáveis, sendo apenas apanhados os pequenos traficantes. Mas são os barões os responsáveis pelo grande tráfico. São eles os possuidores de fortunas incalculáveis. Uma das formas de os descobrir seria acabar com o sigilo bancário. A prevenção faz-se ainda com a ocupação sadia dos tempos livres, prática de desporto e com um maior acompanhamento dos jovens por parte dos pais e restantes educadores. É que há cada vez mais drogados e estes são cada vez mais jovens.

As campanhas de sensibilização, e nomeadamente o dia "D" realizado no passado dia 28 de Janeiro, são importantes mas não servem para nada se não forem acompanhadas de decisões. Não adianta dialogar, debater e reflectir se depois de tudo isso não se agir...

No fundo toda a gente sabe que a droga mata. Mas por curiosidade e por fraqueza, as pessoas e sobretudo os jovens vão-se viciando. Legalizar o consumo, liberalizar a droga, não será solução. A venda e consumo de tabaco é livre e no entanto há contrabando. Para além disso, o consumo da droga aumentaria. Convém ainda lembrar que os consumidores de drogas duras iniciaram-se, quase todos, por drogas leves.

A solução, como já afirmei, passa pela prevenção, recuperação dos toxicodependentes e combate ao tráfico de droga. Não podemos admitir que criminosos como os barões da droga consigam passar impunes. Nesta como noutras questões o crime não pode compensar.

José Manuel Fernandes



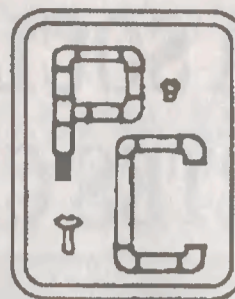
FÁBRICA DE BORDADOS REGIONAIS
ARTIGOS DE ARTESANATO EM LINHO
MINHO - PORTUGAL

Maria Helena Dantas, L.da
EXPORTADORES

Variedade de linhos, Toalhas de Mesa, Jogos à Americana,
Tabuleiros, Sacas, Guardanapos, Artigos com renda, etc.

Reposteiros e cortinados, colchas coroa-de-rei e estilo
antigo, naperons decorativos, palas, abat-jours

SEDE E FÁBRICA - Lugar da Fuzelha - PRADO (S.ta Maria)
Telefs. - 922247 / 922269 - Fax 921869
AGORA COM LOJA COMERCIAL - Lugar do Outeiro - PRADO (S.ta Maria)
Telef. 921001 4730 Vila Verde



PICHELARIA CÁVADO, L.DA

AQUECIMENTO CENTRAL

ESTUDO E MONTAGENS

PISCINAS E BOMBAS

BOM SUCESSO - PRADO - TELEF. 921593 - FAX 922646
4730 VILA VERDE



CONSTRUÇÕES DE
João Pereira de Macedo

Compra e venda de propriedades
Vivendas e apartamentos
Escritórios - Estab. Comerciais - Quintas - Lotes
para construção - Venda e aluguer de armazéns

CONTACTE:
Escritório: Av. da Liberdade, 498 1º Esq. - 4700 BRAGA - Telefs. 26535 / 77318
Residência: Prado (S.ta Maria) - Vila Verde - Tel. 921319

ESCOLA DE CONDUÇÃO

VERDE MINHO

GERÊNCIA DE: *JOSÉ FERREIRA & FONTES*

Trata de toda a documentação p/ condutores e
automóveis

Formação e atendimento rápido para emigrantes

- Ligeiros
- Pesados
- Motociclos

PRADO - Telef. Escola 921215 - Resid. 71552 - 4730 Vila Verde

A. F. de Braga . A. F. de Braga . A. F. de Braga**DIVISÃO DE HONRA****Lelo Vieira sai
José Serra volta**

O Vilaverdense F. C. está cada vez mais longe da almejada subida de divisão, tendo mesmo este mês perdido na casa do então lanterna vermelha, o Delães.

Talvez já não acreditando nos propósitos que presidiram ao lançamento da época em curso, Lelo Vieira, em quem o presidente do clube depositava total confiança, mudou-se para o Merelinense, substituindo o seu ex-adjunto Perrichon. Dado como não capaz de guindar o clube ao escalão nacional pelo próprio presidente, José Serra acabou por ser convidado a regressar para o comando técnico, para o que teve de rescindir contrato com o Montalegre, onde era adjunto de Manuel Gouveia.

RESULTADOS:

Martim, 1 — Vilaverdense, 1
Vilaverdense, 5 — Fão, 0
Delães, 2 — Vilaverdense, 0
Vilaverdense, 2 — Cabeceirense, 0

CLASSIFICAÇÃO (18ª jornada)

Maximinense	42
Martim	35
Bairro Misericórdia	35
Vilaverdense	32
Cabeceirense	31
Serzedelo	30
Ponte	28
Marinhas	27
Brito	23
Dumiense	22
Oliveirense	22
Airão	22
Alvelos	18
Celeirós	13
Delães	12
Fão	11

I DIVISÃO (Série B)**Pico sofre quebra
de rendimento**

O início do novo ano não foi pródigo para as cores do Pico de Regalados, que ainda não conseguiu vencer volvidas quatro jornadas.

Três empates e uma derrota fizeram com que o Pico baixasse quase ao meio da tabela, afastando-se de alguma forma dos lugares cimeiros que vinha ocupando desde o início da temporada, ainda que vá mantendo uma certa regularidade.

RESULTADOS:

Este, 3 — Pico Regalados, 1
Pico Regalados, 2 — T. Bouro, 2
Adaúfe, 0 — Pico Regalados, 0
Pico Regalados, 1 — Pedralva, 1

CLASSIFICAÇÃO (18ª jornada)

Maiques Fraião	37
CD Amares	33
Alegrienses	33
Soarense	29
Realense	29
Gualtar	27
Pico Regalados	26
Palmeiras	25
Adaúfe	25
Este	23
Tibães	23
Pedralva	22
Aveleda	19
Terras Bouro	17
Ferreirense	10
Enguardas	08

II DIVISÃO (Série A)**Lage está perto da subida**

A.A.D. da Lage continua a afastar-se seriamente da concorrência jornada a jornada, afirmando-se com toda a clareza neste momento como o mais vincado candidato à subida de divisão.

São já 11 os pontos que separam os comandados de Tó Laranja do quarteto que ocupa o 2º lugar em "ex-aequo", pelo que só muito dificilmente a Lage não estará na próxima época no escalão primo-divisionário.

RESULTADOS:

Roriz, 3 — Cabanelas, 0
Lage, 3 — Cristelo, 0
Antas, 0 — Lage, 1
Lage, 2 — Necessidades, 0

Ucha, 1 — Cabanelas, 0
Cabanelas, 0 — Lage, 4

CLASSIFICAÇÃO (17ª jornada)

Lage	42
MARCA	31
Ucha	31
Antas	31
Necessidades	31
Roriz	30
Fragoso	28
Cristelo	23
Estrelas Faro	22
Granja	18
Baluganense	17
Lama	16
Cabanelas	06
Remelhe	03

II DIVISÃO (Série B)**Prado revela inconsistência**

O G.D. de Prado continua a revelar alguma inconsistência em termos de resultados e só por isso ainda não conseguiu aproximar-se dos lugares cimeiros.

A excelentes resultados vem sucedendo normalmente uma comprometedor derrota, continuando os responsáveis pelo clube a queixar-se da má qualidade das arbitragens, insinuando mesmo haver já a tentativa de favorecimento do actual líder. O Ribeira de Neiva tem vindo a descer na tabela e o Lanhas continua a ser o último.

RESULTADOS:

Rib. Neiva, 0 — Prado, 1
Lanhas, 0 — Leões, 1
Prado, 6 — Lanhas, 0

Arsenal, 4 — Rib. Neiva, 1
Lanhas, 1 — Rib. Neiva, 1
Peões, 3 — Prado, 1

CLASSIFICAÇÃO (16ª jornada)

Parada Tibães	35
Caldelas	35
Estrelas Figueiredo	31
Arsenal Devesa	29
Panoienense	27
Prado	24
Peões	22
Águias	22
Leões	21
Semelhe	19
Ribeira Neiva	18
Gerês	14
Santa Tecla	13
Lanhas	12

JUNIORES — I DIVISÃO**Prado atravessa crise**

Os juniores do G. D. de Prado estão a atravessar um período de crise, resultado de lesões e abaixamento nítido de forma de pedras influentes.

Há já oito jornadas que não conhece o sabor da vitória, o que se traduziu numa clara descida na tabela classificativa, que faz com que a distância em relação à denominada "linha de água" (5 últimos) se tenha encurtado para apenas sete pontos.

RESULTADOS:

Ruivanense, 1 — Prado, 0
Prado, 0 — Pevidém, 1
Prado, 0 — Inter Boavista, 2
Palmeiras, 1 — Prado, 1

CLASSIFICAÇÃO (19ª jornada)

Famalicão	50
Pevidém	47
Esposende	39
Santa Maria	31
Merelinense	30
Inter Boavista	28
Prado	27
Brito	27
Ruivanense	27
Taipas	24
Águias Graça	22
Andorinhas	22
Celeirós	21
Marinhas	20
Palmeiras	20
Serzedelo	18
Ginásio Sé	17
Celoricense	07

JUVENIS (Série B)**Prado ajuda o SP. Braga**

A equipa de juvenis do G.D., após três derrotas consecutivas pela margem mínima, bateu sensacionalmente o sempre rival Merelinense no seu reduto.

Resultado tanto mais surpreendente dado o segundo lugar que ocupava a turma de Merelim, a escassos três pontos do líder, Sporting de Braga, que dilatou assim a sua vantagem para cinco pontos em relação ao seu mais imediato perseguido.

RESULTADOS:

Prado, 2 — Braga, 4

Delães, 3 — Prado, 4
Prado, 3 — Nogueirense, 1
Sandinenses, 2 — Prado, 0

CLASSIFICAÇÃO (15ª jornada)

Braga	28
Amares	23
Merelinense	22
Operário	21
Vilaverdense	20
Sandinenses	16
Pedralva	14
Prado	12
Ruivanense	11
Oliveirense	08
Delães	04

QUEIRÓS DIRIGE DE NOVO CANOAGEM PRADENSE

A Assembleia Geral do Clube Náutico de Prado, em reunião do dia 27 de Dezembro, procedeu à eleição dos corpos gerentes para o biênio 1997/98, dando o seu aval à única lista apresentada à Mesa presidida por Mário Quintas.

Lista que tomou posse no dia 17 de Janeiro e que é constituída, salvo uma excepção, pelas pessoas que geriram os destinos do clube no mandato cessante, revelando uma clara aposta na continuidade. O engº. José António Queirós foi reconduzido na presidência duma Direcção em que se registou a saída de Daniel Faria, por motivos profissionais, e a entrada de José Luís Saleiro.

José António Queirós, fundador e dirigente deste prestigiado clube desde a primeira hora, preside aos seus destinos desde 1993, após um curto período de crise provocado pela falta de apoio das autarquias locais. Secundado desde então pelo ex-Presidente Augusto Saleiro, o engº. Queirós mostra-se apostado no desenvolvimento de um trabalho de base que volte a guindar o clube à liderança na modalidade a nível nacional.

É que está praticamente no ocaso uma geração de campeões, que prestigiou e engrandeceu o clube e o concelho aquém-fronteiras e o próprio País por esse mundo fora. Foram vários os campeonatos sucessivamente conquistados entre nós, à mistura com inúmeros títulos individuais, para além das medalhas arrebatadas além-fronteiras por atletas de elite como Rui Fernandes e Silvestre Pereira, dois nomes sonantes da canoagem portuguesa nesta década. Dois atletas que continuam ao serviço do clube, onde já iniciaram a carreira de treinadores das camadas mais jovens, que os vêem como ídolos e exemplos a seguir.



Para encetar este esforço de lançamento de novos valores, a Direcção do clube voltou a apostar no conceituado técnico checo Petr Mokry, que já conhece os cantos à casa, que para além da reconhecida competência técnica, dado ter vindo a estar ao serviço da selecção nacional, prima pelo profissionalismo, organização, disciplina e ambição que imprime ao seu trabalho. Atributos fundamentais para quem deseja criar verdadeiros campeões e fonte de aprendizagem e de experiência para os jovens treinadores locais que despontam. Factores que permitem aos dirigentes do Náutico de Prado encarar o futuro de forma risonha.

Também vem constituindo preocupação praticamente contínua das gerências deste conceituado clube a sua dotação com instalações e equipamentos que permitam um trabalho profícuo e motivador aos atletas, que pagariam num regime de puro amorismo. Os balneários foram recentemente ampliados e substancialmente melhorados, tendo o antigo hangar sido transformado num funcional e aconchegado pavilhão, até que se verifique a conclusão da edificação do novo pavilhão, anexo às actuais instalações, que a Câmara começou e inexplicavelmente abandonou. Para a sua conclusão, o clube recebeu recentemente um subsídio governamental no valor de 5.544 contos, no âmbito da candidatura ao Subprograma B do PIDDAC de 1996.

**OS NOVOS CORPOS
GERENTES****ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente - Mário Quintas
1º Secretº - Jorge Pedrosa

CONSELHO FISCAL

Presidente - José Lemos Gonçalves
1º Vogal - Patrício Araújo
2º Vogal - Avelino Alves

DIRECÇÃO

Presidente - José António Queirós
Vice-Pres. - Augusto Saleiro
Secretº - Horácio Lima
Tesoureiro - Joaquim Araújo
Vogais - Maria Tomásia Precioso;
Lucinda Lima; Rosa Weyers; José
Maria Fernandes; José Luís Saleiro.

A MARATONA — PRADO

Artigos Desportivos

Adidas, Reebok, Puma, Umbro,
Lotto, Jarm, Keeper, Gitto's, Hi-Tec,
MJ-Sport, Diadora, Molten,
Saillev, Glannis



Rua Costa Faria, 25 - Telef. 921457 ; Resid. 924418 ; Vila de Prado

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls.63, a fls.64, do livro de notas para Escrituras Diversas nº 75-B, deste Cartório, a cargo da Notária Licenciada Maria Natália Almeida Batista Lemos, foi lavrada em 9 de Janeiro de 1997, uma escritura de Justificação outorgada por:

Elias Macedo de Brito e mulher Maria do Carmo Gomes, casados sob o regime da comunhão geral, naturais ele da freguesia de Oleiros e ela da freguesia de Cervães e residentes no lugar da Espinheira, da freguesia de Cabanelas, todas deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO composto de "UMA CASA DE RÉ-DO-CHÃO COM LOGRADOURO", para habitação, sito no lugar da

Espinheira, da referida freguesia de Cabanelas, com a superfície coberta de quarenta metros quadrados e logradouro com a área de cinquenta metros quadrados, a confrontar do norte com terreno baldio, do nascente, sul e poente com Caminho, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 454, com o valor patrimonial de 31.590\$00, a que atribuem o valor de 50.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na matriz em nome do justificante marido.

Que, efectivamente, os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há cerca de 30 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas

as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que, os justificantes adquiriram o referido prédio por o haverem comprado a Armando Carvalho de Macedo e mulher Maria Carolina Dias da Cunha, residentes no lugar da Espinheira, da dita freguesia de Cabanelas, no ano de 1966, por contrato não reduzido a escrito.

Porém, como vêm possuindo desde então o referido prédio na forma acima referida, adquiriram-no por usucapião, que invocam para efeitos de registo em seu nome na Conservatória.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.

Cartório Notarial de Vila Verde, 10 de Janeiro de 1997.

A Escriturária superior, (Isabel Maria da Cunha Faria de Lira Duarte)

CARTÓRIO NOTARIAL DE VILA VERDE

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que de fls.18vº a fls.19vº, do livro de notas para escrituras diversas nº75-C, deste Cartório, a cargo da notária Lic. Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 27 de Janeiro de 1997, uma escritura de Justificação outorgada por:

JOÃO JOSÉ CAROLA DE JESUS e mulher MARIA CACÍLIA GOMES GUIMARTÃES, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais ele da freguesia de Santo Aleixo, do concelho de Monforte e ela da freguesia de Merelim (São Paio), do concelho de Braga e residentes no lugar de Regalde, da freguesia de Cabanelas deste concelho, como justificantes, tendo nela declarado o seguinte:

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO URBANO composto de "CASA DE RÉ-DO-CHÃO COM LOGRADOURO", sito no lugar de Regalde, da referida freguesia de Cabanelas, com a superfície coberta de 104m2 e Logradouro com a área de 596m2, a confrontar do norte com José Ribeiro de Castro e António Gomes, do sul com João da Costa Araújo, do nascente com o caminho público e do poente com Francisco Gomes de Faria, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 640, com o valor

patrimonial de 615.825\$00, a que atribuem o valor de 700.000\$00.

Que o referido prédio se encontra omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho e está inscrito na matriz em nome da justificante.

Que, efectivamente os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há mais de 20 anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que eles edificaram este prédio numa parcela de terreno adquirida por eles a João da Costa Araújo e mulher Olívia Peixoto, residentes no dito lugar de Carvalinhos, por contrato não reduzido a escritura pública, por volta do ano de 1974.

Porém, como vêm possuindo desde então o prédio na forma acima referida, adquiriram o mesmo por usucapião, que invocam para a primeira inscrição a seu favor na Conservatória.

ESTÁ CONFORME.
Cartório Notarial de Vila Verde, 27 de Janeiro de 1997.

A 1ª AJUDANTE,
(Berta Maria Gonçalves Guimarães Rodrigues da Silva)

MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

MÓVEIS

J. GOMES

João da Silva Gomes

LUGAR DO PORTELO — VILA DE PRADO
TELEF. 92 21 68 — 4730 VILA VERDE

TOMA-SE CONTA DE CRIANÇAS

De qualquer idade.

Contactar Tel. 923879

Lugar do Faial
Vila de Prado

Se tem Problemas de Visão
a

ÓPTICA DE PRADO

Deve Visitar

Marcações de Consultas

Médico Oftalmologista

Óculos de Sol

Lentes e Armações
de Marcas Consagradas



QUINTA DA BOTICA — LOJA Nº 9
TELEF. 92 18 94 — PRADO — 4730 VILA VERDE



Fábrica de Confeccões Leather, Lda

CONFECÇÃO EM COURO E ANTÍLOPE

SEDE: Lugar do Faial - PRADO

Telefs. 921102 / 921845 / 921155 / 921148

Telex 32258 LEATHRP - Apartado 9 Telefax 921154

4730 VILA VERDE - PORTUGAL

"A PALAVRA" reflecte dinâmica da Escola

"A Palavra", jornal da Escola EB 2,3 da Vila de Prado, na sua edição nº13, vinda a público no mês de Janeiro, dedica especial atenção à Festa de Natal, momento alto das realizações de índole cocurricular promovidas pelo corpo docente e discente deste estabelecimento de ensino.



No Editorial, o administrador Domingos Silva lamenta de forma vinda o exercebado comunismo que progressivamente vem caracterizando a época natalícia nos nossos dias, com o "franciscano e poético presépio, tão íntimo e resplandecente de amor", vem dando lugar a "montes de prendas, prometidas ou adivinhadas, debaixo de um insignificante pinheiro de plástico, carregado de bolas sem brilho próprio".

Mas esta publicação escolar, coordenada pelas professoras Carmem Queirós, Rosa Xavier e Manuela Fernandes, realça igualmente a Feira do Livro, o Desporto Escolar e a Visita de Estudo à Citânia de Briteiros e ao Museu Martins Sarmiento, que alberga o riquíssimo espólio daquela estação arqueológica.

Entre divagações, abordando as mais diversas temáticas, textos poéticos, exercícios linguísticos, diversões, a professora Lurdes Gonçalves assina uma importante reflexão sobre o dilema realização pessoal/frustração com que se debate a classe docente, quando "alunos desmotivados apoderam-se logo do espaço que eu pensava meu, preenchem-no sem autorização, esquecem as marcas da boa educação, estatuto máximo do CIVISMO. Civismo, respeito pelos outros."

ATAHCA expõe panorama da Comunidade Europeia

A Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) promoveu, de 13 de Janeiro a 7 de Fevereiro, na Biblioteca Prof. Machado Vilela, uma exposição que constituiu uma panorâmica geral das estruturas e forma de funcionamento da Comunidade Europeia (CE).

O certame era constituído por um conjunto de posters contendo imagens e sínteses descritivas alusivas ao historial e objectivos da constituição da União Europeia (UE), aos países e órgãos que a compõem, bem como aos actuais mecanismos de funcionamento. Com esta iniciativa, visava a ATAHCA, segundo o seu máximo responsável, o Prof. Mota Alves, "levar este tema ao conhecimento e discussão quer dos jovens quer da população em geral da sua área de intervenção, dando assim um contributo positivo para um maior esclarecimento de todos sobre esta temática", apostando na realização de visitas de trabalho, sobretudo da população estudantil vilaverdense, tendo em conta o "contexto cada vez mais real da integração (de Portugal) no Mercado Europeu e na Moeda Única".

Tratou-se, no fundo, de uma exposição itinerante que tem vindo a ser divulgada pelos 15 Estados-Membros da União Europeia, que conta com 370 milhões de habitantes que falam 11 línguas oficiais.

SANTA MARIA DE PRADO

Oh Senhora da brancura,
Oh Senhora da ternura,
Doce Lírio Imaculado;
Nosso Farol, nossa Guia
Virgem Mãe, Santa Maria
E Padroeira de Prado.

Rogai por nós, oh Senhora,
Alumiai nossa vida;
Sede candeia, hora-a-hora,
Para a Terra Prometida.

Mãe da Purificação
Com a rolinha na mão
E o Menino do outro lado;
Sede pois nossa alegria,
Oh Virgem Santa Maria,
Santa Maria de Prado.

Larim, 02/97
Gota d'Orvalho



AO SABOR DO TEMPO

• José Fernandes da Silva



QUEM SOU EU?

Nasci em Vila de Frades no ano de 1857 e formei-me em Medicina, pela Universidade de Lisboa.

A minha vida foi cheia de sabores e agruras, porque parece que o destino se decidiu a lutar contra mim. No meio de tudo que me foi sucedendo, nunca deixei de trabalhar e, no papel, imprimi páginas de deslumbramento. Os grandes literatos dão-me um lugar de destaque na hoste dos grandes contistas portugueses.

Desta forma, é muito vasta a minha obra e, claro está, essencialmente constituída por contos: "Contos", 1881; "A cidade do vício", 1882; "Lisboa galante", 1890; "O país das uvas", 1893; "Os gatos", 1889-94 - uma publicação periódica do folheto, constituído por seis volumes, onde aparecem notas mordentes e sarcásticas (que aliás é uma qualidade muito peculiar ao longo dos meus escritos).

Escrevi também uma grande série de crónicas e impressões e comentários diversos, que se distribuem por vários volumes do "Jornal de um vagabundo" - "Pasquinadas", 1890; "Vida irónica", 1892; "À esquina", 1903; "Barbear, pentear", 1910.

Após a minha morte, ocorrida em 1911, foram editados os volumes: "Saibam quantos..." - cartas e artigos políticos -, 1912; "Estâncias de arte e de saudade", 1921; "Figuras de destaque", 1924; "Actores e autores" - impressões de teatro -, 1925.

Os meus contos procuram apre-

ender o lado mais impressionante da miséria ou do sofrimento, e o assunto, muitas vezes, são casos mórbidos. As inúmeras crónicas que escrevi são muitíssimo irregulares quanto ao mérito. Não podem, de forma alguma, ser comparadas com "As farpas", de Ramalho Ortigão.

Embora a minha escrita se pautasse pelo mordaz, eu era muito sensível à ternura: deixava-me embalar por sentimentos que se reflectem na minha obra, que é de uma beleza extraordinária. Eu tinha um conhecimento profundo da nossa língua; por isso, a enriqueci grandemente, introduzindo-lhe novos e arrojados meios de construção, neologismos e nacionalização de termos expressivos.

Caracteriza-me um estilo vigoroso, muito exuberante e colorido.

Resposta: Fialho de Almeida.

PROMESSAS CUMPRIDAS

Havia um certo casal que vivia numa aldeia bonita de Portugal: Ele, alegre, jovial, ela, preguiçosa e feia.

Consoante utilizava a louça, a roupa de cama, tudo num monte deixava a feder, que tresandava, como os sufnos na lama.

O marido ao perceber que tinha sido enganado quando escolheu a mulher para consigo viver num lar limpo, consagrado

a feliz e terno amor, já que agora sucedia em tudo pouco primor e que gente, por humor, da situação sorria,

começou a pactuar, embora triste, humilhado, com a desordem no lar. Como deixou de lavar todo o trapo utilizado

sucedeu, em certa altura, mais nada haver para usar. O marido, com doçura, escondendo a impostura, disse, quase a segredar,

que iriam pela noite, à poça que longe havia, tudo aquilo pôr na linha... Fosse ela à frente, sozinha, porque ele apareceria,

mais tarde, para ajudar... A enorme trouxa levou, principiando a lavar, com as mãos sempre a sangrar: e ele nunca mais chegou...

Cheia de frio, a chorar, exausta e envergonhada, só conseguiu terminar, para a casa regressar, bem dentro da madrugada!

Ora a bela conclusão é que a partir desse instante teve ela em conta a lição do longo e rude serão. E então, dali em diante, a assaltou firme vontade de ter tudo uma lindeza! E, com esmero e vaidade, a mais leve sujidade era fruto de limpeza...

José Fernandes da Silva

O FUTEBOL E A POLÍTICA

Nesta crónica vou contribuir para fazer esquecer e até procurar camuflar que afinal a gasolina voltou a aumentar, os preços dos medicamentos subiram, a luz e o telefone também estão mais caros e que o desemprego subiu.

Já devem ter percebido, vou falar de futebol e dos seus meandros, já que até parece que os problemas de Portugal se resumem aos do futebol.

Quase se pode afirmar: penso em futebol, logo existo!

Se por um lado se fala em demasia em futebol e nos seus problemas, por outro lado, é claro que esses problemas não são exclusivos do futebol. Diria antes que estes problemas são o espelho do estado em que o nosso País se encontra. Há descrédito, há falta de credibilidade nas instituições!

No futebol há insultos, denúncias de corrupção, e tudo parece normal, ninguém se parece importar. Os tribunais e a polícia judiciária parecem não funcionar. Os "casos" são investigados depois de caírem na praça pública e de serem devidamente noticiados. Depois é o que se sabe, os processos ou são arquivados por falta de provas, ou arrastam-se durante anos nos tribunais. Mas afinal tudo isto faz lembrar situações que se passam na política!

Alguns dirigentes de futebol fazem-me inclusivamente lembrar alguns autarcas. Dá ideia que podem

dizer e fazer tudo o que lhes apetece que nada lhes acontece. Há um sentimento de impunidade que paira na opinião pública. Parece que a justiça não funciona ou não é para eles. Daí as generalizações, daí se dizer que os políticos são todos iguais, são todos uns corruptos...

São estas generalizações, estas desconfiças que têm de acabar e que acabarão quando os tribunais e a polícia judiciária actuarem de forma célere.

No futebol sabe-se que há fugas ao fisco, dívidas à segurança social e denúncias de corrupção. Nem os clubes, nem ninguém pode estar acima da lei.

Muitos destes casos são para a polícia e todos esperamos que ela actue. Mas o governo também deve intervir. Este é outro problema. É que esta intervenção não será fácil nem despida de isenção. Na verdade, a promiscuidade entre política e futebol é um facto. Uns foram da política para o futebol, outros vêm do futebol para a política e outros estão no futebol e na política...

A prova desta promiscuidade foram as pressões no totonegocio e a sua votação no Parlamento. Ainda bem que o totonegocio foi chumbado conforme o Primeiro Ministro reconheceu recentemente! Mais vale tarde do que nunca...

O futebol é hoje sinal de poder. É ridículo, mas é um facto que há dirigentes desportivos no nosso País

que parecem mandar mais do que ministros. A política e o futebol, para benefício de ambos, deveriam caminhar separados.

O futebol já não é um desporto, mas sim um grande negócio. E esse é no fundo outro grande problema. São muitos milhões de contos. Milhões que ninguém fiscaliza! Há empresários que vivem à custa das percentagens e salários para jogadores que são verdadeiramente exorbitantes. Tudo isto funciona com regras nem sempre claras.

Mas mesmo assim há volumosos subsídios dados pelas autarquias e para os quais todos contribuimos e que nem sempre são bem aplicados pelos clubes. Quantos terrenos já foram doados neste País pelas nossas Câmaras e, posteriormente, convertidos em dinheiro para comprar mais algumas vedetas estrangeiras?

E no fundo, quantos jovens jogadores são, por isso mesmo, desperdiçados? E quem é que se importa que os clubes gastem mais do que aquilo que podem?

Há que agir! Há soluções: a política tem de se separar do futebol. O Governo deve definir regras, os tribunais e a polícia judiciária devem fiscalizar e actuar. Quando tal acontecer teremos credibilidade, palavra chave para os problemas do futebol que afinal são muito semelhantes aos da política.

José Manuel Fernandes



VILA VERDE TERRA DE BEM

Por: José Amaro Arantes

Durante meses e até anos os órgãos de comunicação social dedicaram notícias e reportagens negativas sobre o concelho de Vila Verde denegrindo a sua imagem rotulando-o de racista de xenofobo, dando notícias de autarcas corruptos, de autarcas que perderam mandatos por corrupção, de julgamentos de tráfico de droga, de milícias populares de raptos, etc.. Muitos Vilaverdenses perante tal imagem que os órgãos de comunicação social vinham dando de Vila Verde, sobretudo os canais de televisão, começaram a ter vergonha de serem Vilaverdenses, quando os seus colegas de trabalho fora do concelho comentavam tais notícias. Muitos até pensaram mudar de concelho. Muitos estudantes que se encontram a estudar nas diversas universidades e centenas de Vilaverdenses que se encontram a trabalhar em diversos pontos do país, sobretudo no Algarve e Lisboa têm vergonha de se afirmarem Vilaverdenses e preferem dizer que são de Braga.

Recentemente um grupo de Vilaverdenses, muitos deles quadros da administração pública a residirem fora do concelho sentindo-se feridos, no seu orgulho de Vilaverdenses, decidiram juntarem-se a uma figura pública do concelho o deputado Martinho Gonçalves lançarem uma campanha para dignificação do concelho e de todos os habitantes sem excepção. Tal iniciativa visa sensibilizar todos os Vilaverdenses para a necessidade de se unirem e limpar a má imagem que o concelho tem perante a opinião pública. Para o efeito, foram colocados diversos cartazes em todos os acessos ao concelho e distribuídos milhares de panfletos, calendários de bolso e autocolantes com o slogan "Vila Verde - Terra de Bem".

Os órgãos de comunicação social quer a nível nacional quer regional e local deram cobertura a esta iniciativa. Alguns jornais nacionais, como por exemplo o público, dedicaram páginas inteiras a esta iniciativa. Vários canais de televisão dedicaram minutos de reportagem nos telejornais. O concelho foi notícia pela positiva o que não acontecia há muito tempo. Os Portugueses ficaram a saber que a imagem que alguns órgãos de comunicação social deram deste concelho, sobretudo no período de Verão, acerca da etnia cigana não corresponde à verdade. Pena foi, que as direcções de algumas forças partidárias concelhias, pela sua mesquinhez e obsecadas pelo seu partidarismo doentio e colocando os seus interesses partidários e pessoais acima do interesse do concelho, com receio que lhes roubassem alguns votos nas próximas eleições autárquicas, não tenham aderido e apoiado esta iniciativa.

Foi lamentável que o Partido Popular, com responsabilidades na gestão autárquica há mais de vinte anos e o principal responsável pela péssima imagem que o concelho caiu nos últimos anos, venha agora atacar a ideia que deveria e competia à Câmara lançar. Senhores autarcas, antes de apelarem *Respire Fundo está em Vila Verde* é necessário alertar que *Vila Verde é Terra de Bem.*, e a sua gente é hospitaleira.

Personalidade ímpar na dedicação ao bem comum

FALECEU O PROVEDOR MORAIS SOARES

O dia 26 de Janeiro fica indelevelmente marcado na história do concelho de Vila Verde pela extinção de uma das suas mais notáveis figuras no que concerne ao empenho na defesa do bem comum.

Em boa verdade, o falecimento do Professor José Bento Soares Morais, no hospital de S. Marcos, em Braga, vítima de doença incurável, representa uma perda absolutamente irreparável para este concelho, dado tratar-se de um homem que deixou uma grande obra ao serviço da Santa Casa da Misericórdia e porque foi igualmente um activo político, um defensor intransigente da liberdade, da tolerância, do diálogo, numa palavra, foi um democrata e um humanista nos mais elevados e abrangentes sentidos que as palavras encerram.

Natural da freguesia de Santiago de Carreiras, onde surgiu para o mundo há 54 anos, residia na cidade de Braga. Exerceu durante longos anos a profissão de Professor do 1º ciclo do ensino básico na escola da sede concelhia, onde acumulou as funções de Director do estabelecimento de ensino. Na sua activa vida política, foi exemplar presidente de junta durante década e meia, e membro dinâmico e profundamente participativo da Assembleia Municipal de Vila Verde, pelo CDS/PP, órgão a cujos destinos presidia desde 1994, sendo também vogal da Comissão Executiva do PP vilaverdense.

Na Santa Casa da Misericórdia, onde exerceu as funções de Vice-Provedor duran-

te três anos e de Provedor nos últimos seis, notabilizou-se pelo seu intocável sentido de solidariedade e pelo inigualável empenho que colocou no engrandecimento da Instituição que servia, sempre no mais puro desejo de acudir aos desfavorecidos, aos doentes e aos idosos.

Nesse sentido, foi fulcral o seu contributo na realização das obras de ampliação do lar de terceira idade, na construção do infantário e do centro de apoio a deficientes profundos; recentemente inaugurado. Realce ainda para a negociação que teve o ensejo de encetar com o Ministério da Saúde, que culminou com a entrega do hospital concelhio à Santa Casa da Misericórdia.

No capítulo das relações humanas, todos quantos tiveram o incalculável privilégio de lidar de perto com o Provedor Bento Soares são unânimes em reconhecer que se tratou de um homem bom, de diálogos, de consensos, que sempre pugnou até ao limite das suas energias pelo apaziguamento e pelas



posições construtivas, na defesa dos mais legítimos interesses de Vila Verde. A ambição desmedida, o poder pelo poder, as vaidades pessoais, foram predicados, communmente associados aos homens públicos e aos políticos, que sempre negligenciou em prol do bem estar das populações.

Pelo que de muito positivo realizou em abono de Vila Verde e das suas gentes, foi mais do que justa a decisão unânime do Executivo Municipal de declarar três dias de luto municipal pelo seu falecimento, sendo de todo legítimo admitir que o seu nome e a sua obra ficarão registados para sempre nas mais brilhantes páginas da História deste concelho.

O nosso Querido Amigo José Bento Soares Morais apenas se extinguiu fisicamente, pois permanecerá para sempre muito vivo nos nossos corações.



CÂMARA PROMOVE II ENCONTRO DE REIS

A Câmara Municipal de Vila Verde reeditou, pela segunda vez consecutiva, um Encontro de Reis, que reuniu na sede do concelho, no dia 12 de Janeiro, 23 grupos concorrentes e muitos vilaverdenses.

A iniciativa, que contou com a colaboração do Grupo Folclórico de Vila Verde e da Rádio Voz do Neiva, visava "a maior valorização e promoção dos costumes tradicionais da época natalícia", revelando os promotores que "o desenvolvimento do associativismo regional e local deve e deverá assentar em iniciativas que reúnem um número significativo de entidades de natureza cultural, musical e recreativa tendo como ponto de partida a promoção das suas potencialidades e eficaz aproveitamento dos seus recursos". A abertura do II Encontro de Reis teve lugar com um desfile dos grupos concorrentes que desde a rua da Misericórdia percorreu a avenida António Sérgio até à praça de Santo António, onde teve lugar o espectáculo musical e coral.

A partir das 15 horas, foi dado apreciar a uma considerável multidão os dotes vocais e musicais de um vasto grupo de agrupamentos concelhios: "O Espectáculo do cantar dos reis iniciou com a actuação da Escola Profissional Amar, Terra Verde; Grupo Coral Infantil e Juvenil de Duas Igrejas; Grupo Coral de Vila Verde; Grupo Coral Infantil de Barbudo; Grupo dos Pequenos Cantores da Associação Cultural e

Musical de Vila Verde; Grupo Folclórico de Vila Verde; Rancho Folclórico Lavradeiras Parada de Gatim; Grupo Coral da Câmara Municipal de Vila Verde; Grupo Coral de Moure; Grupo Coral de Nevogilde; Grupo Coral de Azões e Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Azões; Grupo Coral de Lanhas; Agrupamentos 812 de Carreiras S. Tiago; Associação Cultural e Recreativa de Marrancos; Agrupamento de Escuteiros de Oleiros; Grupo Coral de Atães; Grupo Coral de Gomide; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Paçô; Associação Guias de Portugal - 1ª Companhia de Vila Verde; Família Calvário; Grupo Coral de Barbudo; Grupo Coral de Sande e Rancho Folclórico de Cervães.

Concentração que permitiu aos apreciadores da tradição e da etnografia a observação de quadros vivos verdadeiramente arrebatadores e caracterizadores de uma riqueza cultural inadjectável, e um inebriante recuo temporal. Ali se registaram de forma espontânea contrastes de gerações e de costumes, tendo cabido ao jurí a ingrata e delicada tarefa de avaliar os participantes num concurso que se prolongou até cerca das 19 horas, tendo em atenção os seguintes

parâmetros: apresentação, originalidade, tradição, vozes, sonoridade, técnica e artística.

Todos os grupos foram contemplados com a atribuição, pelo vereador Pimenta Pereira, de um prémio de participação no valor de 20 mil escudos, contando com o património das empresas do sector têxtil "Gianto" (Vila de Prado) e "Flor Têxtil" (Soutelo).

Somados os pontos atribuídos, verificou-se que a preferência global de José Gama, Isabel Duarte, Alberto Nídio, Manuel Rodrigues, José Carlos Gomes, Pedro Teixeira, recaiu sobre o Rancho Folclórico das Lavradeiras de Parada de Gatim, que receberam das mãos do Presidente da Câmara, António Cerqueira, o prémio de 60 mil escudos. Autarca que entregou também ao segundo classificado, o



Grupo Coral de Sande, 50 mil escudos, e 40 contos ao terceiro, o Grupo Coral de Vila Verde.

JORNAL DA VILA DE PRADO

DIRECTOR: Alfredo Pedrosa
CHEFE DE REDACÇÃO: Jorge Pedrosa

CORPO REDACTORIAL: António Adelino Silva; António Zamith Rosas; João Ribeiro Pereira; João Macedo

COLABORADORES: José Fernandes (Freiriz), Amaro Arantes (Vila Verde), Francisco Azevedo, João Sousa, Gota D'Orvalho (Soutelo), Manuel Faria e Vítor Gonçalves.

FOTOGRAFIA: Manuel Correia

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO: Casa do Povo da Vila de Prado
Empresa Jornalística nº 215 513
Mensário Registo na DGCS sob o nº 110 249

CORRESPONDÊNCIA: Casa do Povo da Vila de Prado
Praça Comendador Sousa Lima
4730 Vila Verde - Tel.: 9211 20
Contribuinte nº 501 063 846
Depósito Legal nº 7388/84

CONDIÇÕES DE ASSINATURA: Assinatura em Portugal e no estrangeiro: 1.000\$00

PREÇO 85\$00
COMPOSTO E IMPRESSO NA: TIPOPRADO - Artes Gráficas, Lda
Travessa do Bom Sucesso - PRADO
Tiragem - 1.750 ex.